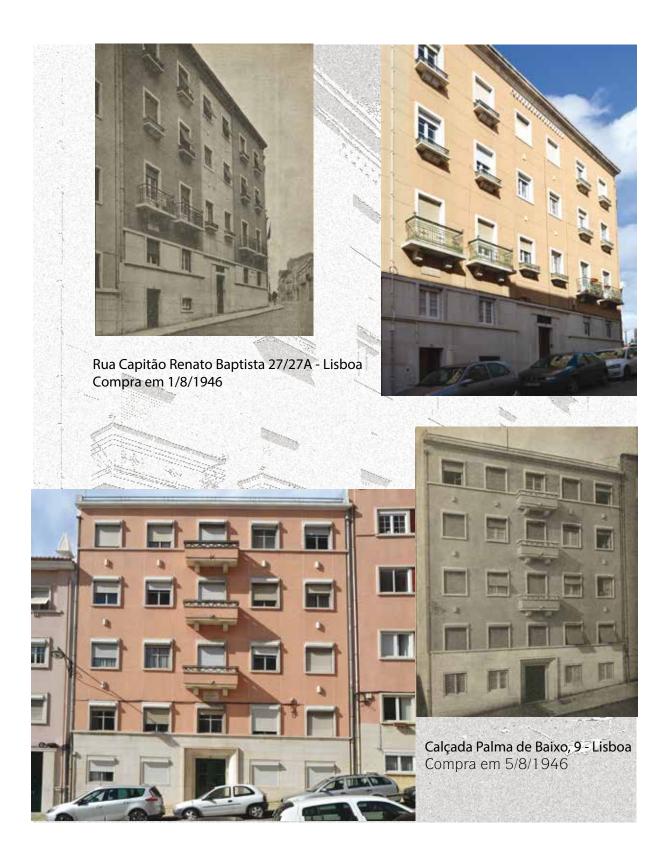




RELATÓRIO E CONTAS 2016 90° EXERCÍCIO

ANOS DE HISTÓRIA DO PATRIMÓNIO IMOBILIÁRIO







■ 1925 – OS PRIMEIROS ESTATUTOS

Criação da Caixa de Previdência dos Funcionários dos Serviços do Ministério da Instrução Pública, pelo Decreto nº.11220, de 29 de Outubro de 1925.

■ 1926 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

A publicação do Decreto-Lei nº.12695, de 19 de Novembro, aprova os novos Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública. Início da atividade da Caixa.

■ 1932 - REGULAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES MUTUALISTAS

Publicação, em Fevereiro, do Regulamento das Associações Mutualistas, procurando normalizar o respetivo funcionamento.

■ 1934 - MONTEPIO DOS SERVIDORES DO ESTADO

Criação do Montepio dos Servidores do Estado, pelo Decreto-Lei nº.24046 de 21 de Junho de 1934, de inscrição obrigatória para todos os funcionários do Estado.

■ 1935 – REVOGAÇÃO DA DISPOSIÇÃO ESTATUTÁRIA SOBRE A INSCRIÇÃO OBRIGATÓRIA NA CAIXA

Em 16 de Novembro de 1935 foi publicado o Decreto-Lei nº.26060, que revoga o parágrafo 2º do artigo 3º dos Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Instrução Pública, fazendo cessar a obrigatoriedade de inscrição, considerando que, sendo ela obrigatória no Montepio dos Servidores do Estado, não se justificava a existência de outras Instituições de previdência de funcionários públicos com idêntica obrigação, pois isso seria para muitos um encargo insuportável.

■ 1937 – INCORPORAÇÃO DO MONTEPIO DO PROFESSORADO PRIMÁRIO

A incorporação do Montepio Oficial do Professorado Primário ocorreu no 11º exercício da administração da Caixa de Previdência em cujos Estatutos foram introduzidas, para esse efeito, diversas alterações, pelo Decreto-Lei nº.27993, de 26 de Agosto de 1937.

■ 1946 – ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

O Decreto-Lei nº.35781, publicado em 5 de Agosto de 1946, introduziu novas alterações aos Estatutos de 1926. O valor do subsídio máximo foi alterado de 30.000\$00 para 50.000\$00, mantendo a idade limite de inscrição nos 51 anos. As

quotas e as jóias continuaram a ser calculadas pela Tábua Hm 3 por cento, em uso desde 1944. Esta taxa sofreu as seguintes alterações, desde a criação da Caixa:

Desde Novembro de 1926, até à alteração estatutária de Agosto de 1937 – Tábua Hm 5 por cento;

Desde Outubro de 1937, até à alteração estatutária de Junho de 1944 – Tábua Hm 4 por cento.

■ 1953 – ALTERAÇÃO DO ART° 7° DOS ESTATUTOS

Publicação do Decreto-Lei $n^{\circ}.39212$ de 16 de Maio de 1953, que eleva de 50.000\$00 para 100.000\$00 o limite máximo do subsídio fixado pelo Decreto-Lei $n^{\circ}.35781$ de 5 de Agosto de 1946.

■ 1991 – REVOGAÇÃO DOS ESTATUTOS

Publicação do Decreto-Lei nº.82/91 de 19 de Fevereiro, revogando o Decreto-Lei nº.35781 de 5 de Agosto de 1946, que aprovara os últimos Estatutos da Caixa — Período de presidências, por inerência, no Conselho de Administração e no Conselho Fiscal.

■ 1993 - REVOGAÇÃO DO DECRETO-LEI N°.82/91

Publicação do Decreto-Lei nº.133/93 de 26 de Abril, que revoga o Decreto-Lei nº82/91 de 19 de Fevereiro.

■ 1997 – NOVA ALTERAÇÃO AOS ESTATUTOS

Entendendo-se que, por repristinação, se mantém em vigor o Decreto-Lei nº.35781 de 5 de Agosto de 1946, foi publicado o Decreto-Lei nº.193/97, de 29 de Julho, que aprovou novas alterações aos Estatutos, adaptando-os às realidades atuais, constituindo a força da mudança para revitalização da Caixa.

- Aumentou para 61 anos a idade limite para inscrição, dado que, anteriormente, já era permitido ao sócio elevar o subsídio até esta mesma idade.
- Alterado de 100.000\$00 para 1.000.000\$00 o limite máximo do subsídio por morte fixado em 1953.
- Abriu-se um leque de novas perspetivas de âmbito social, contemplado no artigo 1 º A, deste diploma, nomeadamente a criação de novas modalidades com vista ao aumento dos benefícios aos sócios e às suas famílias.
- Atualizaram-se linhas de orientação, tendo em vista a normalidade da atividade dos Órgãos Sociais da Instituição.

■ 2001 – REGULAMENTO DOS NOVOS BENEFÍCIOS SOCIAIS

Com base na alteração estatutária de 1997 foi homologado, em 13/12/2001, o Regulamento de Benefícios aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de Novembro de 2001.

Este Regulamento consubstancia o alargamento das modalidades de benefícios sociais e acrescenta ao antigo Subsídio por Morte as modalidades de Vida Inteira, Reforma, Maioridade, Prosseguimento de Estudos, Lazer e Pensões de Reforma. Define, também, a concessão de empréstimos sobre Reservas Matemáticas ou Quotas Puras Pagas, a partir de três anos de constituição da respetiva modalidade.

■ 2008 – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DOS BENEFÍCIOS SOCIAIS

Em Assembleia Geral Extraordinária de 28/11/2008 foi aprovado novo Regulamento de Benefícios, que foi homologado por despacho Ministerial de 22/12/2008.

Este Regulamento introduziu novas modalidades, em benefício do sócio e da família, que se referem: Capitais Diferidos com Opção; Capital Repartido e Capital Duplo.

Foi desativada a modalidade de Pensões de Reforma e efetuados alguns ajustes de pormenor.

Este Regulamento mantém-se em vigor.





Convocatória

Nos termos do disposto no n.º 1, alínea a) do artigo 18º. dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei nº. 35 781 de 5 de Agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei nº.193/97, de 29 de Julho, convoco a Assembleia Geral Ordinária da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, a reunir em primeira Convocação no dia 30 de Março de 2017, pelas 17h 30m, na sede da Caixa - Praça D. Pedro IV, nº.45, 4º. andar, em Lisboa.

Caso não se encontrem presentes metade dos associados abrangidos pelas disposições estatutárias, convoco a mesma Assembleia a reunir em segunda Convocação, no dia 30 de Março de 2017, pelas 18h, podendo então deliberar com qualquer número de associados.

Ordem de Trabalhos

Discussão e votação do Relatório e Contas e Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2016.

Os documentos relativos ao relatório e às contas podem ser examinados pelos associados, na sede da Caixa — Praça D. Pedro IV, n° 45, 2° andar, em Lisboa - a partir de 23 de Março de 2017.

De acordo com as disposições estatutárias só podem fazer parte da Assembleia Geral os associados que se encontrem na situação prevista no artigo 15°. dos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n°. 35 781 de 5 de Agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n°.193/97, de 29 de Julho.

Lisboa e Caixa de Previdência do Ministério da Educação, em 27 de Fevereiro de 2017

O PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL SECRETÁRIO-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA a) Dr. Raúl Capaz Coelho



Relatório do Conselho de Administração	10
I - A Instituição	11
II - A Atividade Social	12
1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO	12
2. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL	15
3. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2017	17
4. SÍNTESE DO NONAGÉSIMO EXERCÍCIO	20
5. ACORDOS E PROTOCOLOS COM OUTRAS ENTIDADES	21
6. PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	21
Agradecimentos	24
Relatório Atuarial	25
Relatório de Auditoria	30
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	33
Balanço e Mapas Anexos	35



Relatório do Conselho de Administração

Prezados Consócios

No cumprimento das disposições estatutárias, aprovadas pelo Decreto-Lei n° . 35781 de 5 de Agosto de 1946, na redação dada pelo Decreto-Lei n° . 193/97 de 29 de Julho, o Conselho de Administração submete à vossa apreciação o Relatório e as Contas do 90° exercício.

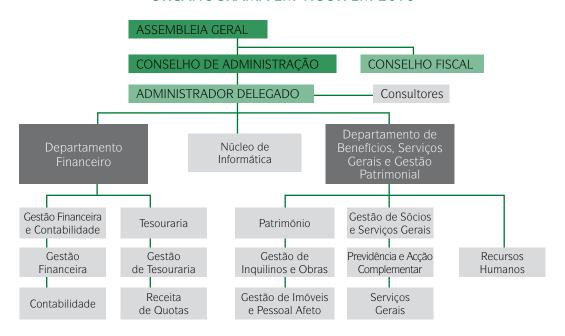
Decorridos 90 anos sobre a criação da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, apraz-nos registar a efeméride partilhando com os associados os resultados da concretização dos objetivos dos fundadores desta Instituição, lembrando, em especial, o Professor António dos Santos Lucas, primeiro Presidente do Conselho de Administração e atuário, responsável pelas bases técnicas da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

Pretende, ainda, o Conselho de Administração deixar uma mensagem de reconhecimento a todos os que têm acompanhado o percurso da Instituição com dedicação e espírito associativo.

__AInstituição

A organização e a gestão da CPME têm como base o organograma que se apresenta, consubstanciado nos estatutos, seu regulamento e no quadro privativo da Instituição.

ORGANOGRAMA EM VIGOR EM 2016



QUADRO DE PESSOAL EM 31 DE DEZEMBRO

Quadro definido com o organograma supra									
Equiparação remuneratória	Pessoal	Ν°	20	2014		2015		2016	
			01 Jan.	31 Dez.	01 Jan.	31 Dez.	01 Jan.	31 Dez.	
Dirigente	Diretor de Departamento	2	2	2	2	2	2	2	
Analista de Informática	Analista de Informática	1	1	1	1	1	1	1	
Coordenador Técnico	Chefe de Secção	4	3	4	4	4	4	4	
	Tesoureiro	1	1	0	0	0	0	0	
Assistente Técnico	Assistente Administrativo	14	12(a)	12	12	12	12	11	
Assistants Operasional	Telefonista/rececionista	1	0	0	0	0	0	0	
Assistente Operacional	Porteiro	1	1	1	1	1	1	0	
	Auxiliar	2	2	2	2	2	2	2	
Porteiro - Prédio Urbano	Porteiro - Prédio Urbano	25	23	23	23	22	22	21	
	TOTAL	51	45	45	45	44	44	41	

⁽a) um colaborador na situação de licença sem retribuição



Atividade Social

Para uma análise pormenorizada do movimento associativo em 2016, quer no âmbito das Novas Modalidades, quer no Subsídio por Morte, apresentam-se, em seguida, alguns quadros elucidativos, que são complementados através do Relatório Atuarial que faz parte integrante do relatório e contas deste exercício.

■ 1. MOVIMENTO ASSOCIATIVO

Apresenta-se o movimento de sócios, de acordo com a regulamentação específica, e que se descreve:

 $$\operatorname{Art}^{\circ}$$ 1° dos Estatutos – Subsídio por Morte (modalidade da constituição da Caixa).

■ 1.1. Subsídio por Morte

Em relação ao Subsídio por Morte, apresenta-se o desenvolvimento no último triénio:

SUBSÍDIO POR MORTE (ART°. 1° DO ESTATUTO)

		Fale	ecidos	Transf. em renda vitalícia			Sócio	s contribu	uintes
Anos	N° Início do ano	Susp.	Com direitos		Anulação susp.	Demissão ativos	Total	Direitos susp.	A pagar quotas
2014	11 730	0	223	12	0	3	11 492	791	10 701
2015	11 492	0	247	8	0	3	11 234	810	10 424
2016	11 234	19	250	10	1	2	10 952	796	10 156

Em 31/12/2016, a idade média destes sócios elevou-se a 72,37 anos.

Em complemento do quadro acima referido identificam-se todas as alterações ocorridas em 2016 na modalidade de Subsídio por Morte, a que se refere o artº 1º dos estatutos vigentes:

MOVIMENTO DE SÓCIOS	
Falecidos (ativos à data do óbito)	250
Falecidos (suspensos à data do óbito)	19
Anulação de suspenso	1
Demissões	2
A pagar quotas	10 156
Com direitos suspensos	796
Total de sócios	10 952
ALTERAÇÕES	
Suspensão de direitos	16
Reaquisição de direitos	10
Transformação em renda vitalícia	10

Dos 10 156 subscritores de Subsídio por Morte que têm direito a rateio, é de 285,47% o valor médio do quociente Subsídio total/Total de quotas pagas.

O benefício do rateio sobre o subsídio subscrito é realçado no quadro seguinte, relativo a sócios falecidos no período, na situação de ativos à data do óbito:

SUBSÍDIOS LEGADOS

Valores em euros

Anos	Sócios falecidos	Subsídios subscritos	Rateios atribuídos	Total legado
2014	223	46 923,18	86 597,05	133 520,23
2015	247	42 794,56	81 771,09	124 565,65
2016	250	74 601,91	94 496,14	169 098,05

■ 1.2. Rendas Vitalícias constituídas e em vigor

A Renda Vitalícia resulta da transformação da reserva matemática do Subsídio por Morte, após a aposentação do sócio.

O quadro seguinte reflete a evolução verificada no último triénio.

RENDAS VITALÍCIAS CONSTITUÍDAS E EM VIGOR

Valores em euros

Beneficiários / Valor	2014	2015	2016
Transformação em renda vitalícia	12	8	10
Sócios pensionistas	343	345	342
Beneficiários de sócios	59	56	53
Beneficiários do extinto Montepio do Professorado Primário	32	28	26
Totais	434	429	421
Rendas vitalīcias (s/bonificação)	24 284,32	24 767,68	25 812,79

■ 1.3. Novas Modalidades – Criadas em 2002 e 2008

No âmbito das Novas Modalidades, são disponibilizados oito seguros diferentes, em benefício do sócio, do sócio/família e da família do sócio. Apesar da diversidade da oferta, a preferência tem recaído nos seguros em benefício do próprio, com pagamento em vida, ou seja, Seguros de Reforma (SR) e de Lazer (SL).

O movimento de sócios e subscrições, no triénio, disponibiliza-se no quadro seguinte:

BENEFÍCIOS A QUE SE REFERE O ARTº. 1º A DO ESTATUTO

Ano	SR	SL	Total Subscrições	Total Novos sócios
2014	5	11	16	7
2015	8	15	23	14
2016	11	11	22	10

A idade média destes sócios eleva-se a 56,30 anos.

As informações sobre as Novas Modalidades, subscritas ao abrigo do artº 1ºA dos estatutos, completam-se com os movimentos ocorridos em 2016.

SUBSCRIÇÕES NO EXERCÍCIO - 22		
Seguro de Reforma		11
Seguro de Lazer		11
NOVOS SÓCIOS - 10		
Seguro de Reforma		7
Seguro de Lazer		3
TOTAL DE SUBSCRIÇÕES EM FORMAÇÃO -	436	
TOTAL DE SUBSCRIÇÕES EM CURSO -	5	
Último número de inscrição em 31/12/2016	32 113	
BENEFÍCIOS VENCIDOS - 9		
Seguro de Reforma		5
Seguro de Maioridade		1
Seguro de Prosseguimento de Estudos		2
Capitais Diferidos com Opção (1 a fração)		1
LEVANTAMENTO DE QUOTAS PURAS - 13		
Com perda da qualidade de sócio		
Seguro de Reforma		2
Seguro de Lazer		5
Sem perda da qualidade de sócio		
Seguro de Reforma		2
Seguro de Lazer		4

BENEFÍCIOS LIQUIDADOS

Valores em euros

Ano	Subscrições vencidas	Levantamento quotas puras	Devolução quotas puras/óbito	Resgate R. Matemáticas
2014	60 779,35	26 073,24	7 669,44	2 245,95
2015	30 254,02	16 382,93	0,00	0,00
2016	49 281,39	27 385,81	0,00	794,02

Relativamente aos beneficiários das rendas vitalícias e sócios em geral, as provisões matemáticas aumentaram de 6.752.240,52 euros, em 2015, para 6.925 687,78 euros, em 2016. A diferença verificada de 173.447,26 euros justifica-se através do movimento de sócios assinalado e o aumento da idade média respetiva.

■ 2. GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

2.1. Títulos da Dívida Pública

Os Títulos da Dívida Pública consolidados de 1940 e de 1942 apresentam, à data de 31 de Dezembro de 2016, uma cotação de 57.379,12 euros, inferior ao preço de compra, sendo a menos valia de 15.670,34 euros. Porém, como as taxas de rendimento fixo de 4% e 3% se aplicam sobre o valor nominal de 74.435,61 euros, o rendimento mantém-se.

A evolução dos últimos anos é discriminada no quadro que se segue:

CARTEIRA GLOBAL DE TÍTULOS – CONSOLIDADOS DE 1940 E 1942

Valores em euro

		Cotações		5 II .
Anos	Compra	31 de Dezembro	Valias (+ /-)	Rendimento
2014	73 049,46	58 733,16	-14 316,30	2 300,38
2015	73 049,46	55 348,06	-17 701,40	2 293,25
2016	73 049,46	57 379,12	-15 670,34	2 301,87

■ 2.2. Aplicações Financeiras - Obrigações

Em 2 de Fevereiro de 2015 foram adquiridas obrigações cuja valorização segue o critério expresso para os Títulos da Dívida Pública que esta Caixa detém e que consta da nota 11.1 das Notas às Demonstrações Financeiras. Os valores das obrigações em 31 de Dezembro de 2016 estão inscritos no quadro seguinte:

MAPA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - OBRIGAÇÕES (BANCO BPI)

Designação	Quan- tidade	V. Nominal Unitário	Montante ao Valor Nominal	Data de Compracc	Valor de Compra	Maturidade	Saldo Ajusta- mentos de valor efetuados em 01/01/2016	Ajustamentos valor em 2016 Reduções	Saldo Ajustamentos de valor efetuados em 31/12/2016	Valor de Cotação em 31/12/2016
BIAL TV 2019	5	10 000,00	50 000,00	02/02/2015	50 754,40	10/07/2019	553,38	170,10	383,28	51 137,68
IMPRESA SGPS TV	3	50 000,00	150 000,00	02/02/2015	152 056,56	12/11/2018	-1 094,15	439,53	-1 533,68	150 522,88
JOSE SAUDE 2019	10	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	102 373,26	09/06/2019	-515,12	704,50	-1 219,62	101 153,64
MEDIA CAP.14-19	10	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	100 571,35	14/07/2019	805,31	5 089,22	-4 283,91	96 287,44
MOTA E.SA-5.5%	15	10 000,00	150 000,00	02/02/2015	158 175,91	22/04/2019	-5 520,91	7 141,50	-12 662,41	145 513,50
PARPUB-3.567% 20	150	1 000,00	150 000,00	02/02/2015	158 081,16	22/09/2020	591,40	1 359,17	-767,77	157 313,39
SAUDACOR-TV-2017	10	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	100 008,63	03/07/2017	1 595,11	210,18	1 384,93	101 393,56
SEMAPA 2014/2019	150	1 000,00	150 000,00	02/02/2015	157 401,32	17/04/2019	-2 899,67	450,44	-3 350,11	154 051,21
TOTAIS			950 000,00		979 422,59		-6 484,65	15 564,64	-22 049,29	957 373,30



■ 2.2.3. Depósitos Bancários e o conjunto do investimento (exceto imóveis)

De acordo com as disposições estatutárias, acompanhou-se a gestão destas aplicações financeiras com a prudência que o contexto económico aconselha.

Ilustra-se esta situação com os quadros seguintes, que refletem a composição do investimento e o respetivo rendimento nos últimos três anos.

COMPOSIÇÃO DO INVESTIMENTO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO

Valores em euro

Anos	Dep. a Prazo	Títulos da Dívida Pública	Obrigações (Corporate Bonds)	Empréstimos	Totais
2014	4 190 000,00	73 049,46	n.a.	266 946,28	4 529 995,74
2015	3 774 000,00	73 049,46	979 422,59	253 946,31	5 080 418,36
2016	4 641 000,00	73 049,46	979 422,59	230 065,94	5 923 537,99

RENDIMENTOS DESTAS APLICAÇÕES

Valores em euros

Anos	Dep. a Prazo	Títulos da Dívida Pública	Obrigações (Corporate Bonds)	Empréstimos	Totais
2014	81 865,45	2 300,38	n.a.	15 699,41	99 865,24
2015	42 356,40	2 293,25	43 399,01	14 144,02	102 192,68
2016	26 594,14	2 301,87	37 140,85	13 348,73	79 385,59

■ 2.3. Exploração dos Prédios de Rendimento

A evolução das responsabilidades no plano associativo obriga a um permanente acompanhamento estratégico, com redobrada atenção nas ações de manutenção e beneficiação do património imobiliário, centrado na cidade de Lisboa e com décadas de história.

As grandes reparações que foram concluídas no exercício de 2016 totalizam 452 944,63 euros, conforme destaque no mapa dos prédios de rendimento. Estas obras, de valor unitário superior a 30.000 euros, contribuíram para a valorização dos imóveis e beneficiaram os seguintes: Travessa do Sequeiro, 4/4B (substituição da cobertura e conservação das fachadas e logradouro): Calçada Palma de Baixo, 9 (conclusão dos trabalhos de instalação de elevador na escada principal do imóvel); Rua Braamcamp Freire, 36/36A e Rua David Lopes, 14 (substituição da caixilharia e estores do prédio); Rua José de Esaguy, 10/10D (conservação geral do edifício, substituição das colunas de água e gás e beneficiação da caixa de escada); Av. Estados Unidos da América, 52/52A (substituição da caixilharia e estores do prédio); Av. Estados Unidos da América, 63 e Rua Coronel Bento Roma, 18/18B (conclusão das obras de remodelação dos andares).

As obras em curso, de valor superior a 30.000 euros, constam das notas às demonstrações financeiras - nota 6.2 Valorização das propriedades -.

De acordo com a legislação em vigor, todas as obras estão a ser objeto de procedimento em Portal e publicitadas no site da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

Concretizaram-se, no exercício, 34 novos contratos de arrendamento, de natureza habitacional e não habitacional.

O quadro seguinte identifica os dados estatísticos do triénio.

INVESTIMENTO E EXPLORAÇÃO DE IMÓVEIS

Valores em euros

Referências	2014	2015	2016
Investimento (Grandes obras)	352 297,43	787 240,52	452 944,63
Rendas cobradas e Benef. de penalidades contratuais	2 468 635,48	2 664 463,31	2 929 619,98
Despesas de exploração	757 593,43	812 214,53	638 964,20
Resultado de exploração	1 711 042,05	1 852 248,78	2 290 655,78

■ 3. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2017

"Nos termos da alínea e) do Art.º 20º dos Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação, na sua redação do Decreto-Lei n.º 193/97, de 29 de Julho, o Conselho de Administração elaborou o programa de atividades para o exercício de 2017, que contempla o seguinte plano, com base nos Departamentos que integram o organograma aprovado para o mesmo ano:

1. ÁREA DE BENEFÍCIOS E SERVIÇOS GERAIS

1.1. Atribuição aos sócios dos benefícios estatutários

Estes incluem, designadamente:

- a) Atribuição de subsídios por morte aos herdeiros dos sócios falecidos:
- b) Atribuição de rendas vitalícias, instituídas pelo sócio, através da transformação do valor do subsídio constituído;
- c) Atribuição de seguros sociais e benefícios, nos termos do regulamento aprovado;
- d) Projeção de novas modalidades de seguros sociais para maior cobertura no âmbito da proteção do sócio e da sua família;



- e) Concessão aos sócios de empréstimos de âmbito social: para construção ou compra de habitação própria; para obras em casa própria; para ocorrer a despesas com cuidados de saúde do sócio ou do seu agregado familiar; para aquisição de equipamento educativo e profissional, bolsas de estudo ou ainda para outras finalidades, que se encontrem estabelecidas estatutariamente;
- f) Concessão de empréstimos, não incluídos na alínea anterior, aos sócios subscritores de determinadas modalidades de seguro que os permitem, sobre o valor das respetivas reservas matemáticas, nuns casos, ou sobre o valor das quotas pagas, noutros casos;
- g) Propiciar aos sócios a preferência, em igualdade de circunstâncias, no arrendamento de fogos em imóveis de propriedade da Caixa.

1.2. Divulgação dos benefícios concedidos pela CPME

O mercado potencial da Caixa de Previdência é constituído pelo universo dos profissionais que exercem ou exerceram funções docentes ou não docentes no Ministério da Educação e Ciência e nos Serviços por eles tutelados, bem como no ensino particular e cooperativo.

Como o "site" da CPME detalha a diversidade de benefícios disponibilizados, no âmbito das modalidades para Benefícios Sociais e a sua vertente da poupança, reforma/lazer e outros em benefício dos sócios e das suas famílias e, ainda, os empréstimos e outras atividades, projeta-se a sua atualização e modernização.

2. ÁREA DA GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

Coligir as diretrizes internas e a legislação aplicáveis ao pessoal da Instituição.

Prosseguir as ações de formação do pessoal.

3. ÁREA DO PATRIMÓNIO

Os imóveis de propriedade da Caixa integram o seu capital financeiro constituindo a principal fonte de autofinanciamento e destinando-se a assegurar os pagamentos decorrentes da atividade de benefícios sociais e outros.

O número de prédios e a sua antiguidade obrigam a programas e cuidados específicos em obras de conservação que compreendem: conservação exterior; remodelação de elevadores; colunas de gás, eletricidade e águas.

Assim, considera-se prioritário prosseguir as ações atinentes à beneficiação dos edifícios com vista ao arrendamento.

4. ÁREA FINANCEIRA

4.1. Tesouraria

Proceder aos pagamentos e recebimentos diversos.

Assegurar que os excedentes de tesouraria são investidos, nos termos estatutários, por forma a maximizar o rendimento dos meios financeiros.

4.2. Contabilidade

Assegurar o registo e controlo financeiro de todas as operações realizadas pelas diversas áreas da CPME.

Assegurar a prestação das contas (mensais e anuais).

Garantir que se mantêm os sistemas de controlo interno.

5. ÁREA INFORMÁTICA

Garantir o funcionamento regular dos equipamentos informáticos e dos softwares utilizados na CPME, quer por intervenção direta, quer por acompanhamento junto das respetivas empresas de manutenção.

Assegurar a execução dos processamentos periódicos de quotas de sócios, empréstimos, rendas vitalícias, pensões de reforma e rendas de imóveis.

6. CLASSIFICAÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS

Planificar o início da gestão documental, com vista ao desenvolvimento corrente.

Efetuar o levantamento, em termos de hardware e software, para resposta ao programa a implementar, com base na classificação especializada de documentos para digitalização e reorganização em termos correntes e segundo planos de modernidade, economia de espaço e facilidade de consulta.

7. RENEGOCIAÇÃO COM A FUNDAÇÃO INATEL DAS CONDIÇÕES DE EXPLORAÇÃO DOS PAVILHÕES DE FÉRIAS NA FOZ DO ARELHO

Prosseguir as negociações com a INATEL, no âmbito da escritura e convenção celebradas em 21 de Março de 1966, de modo a rentabilizar os recursos decorrentes dos dois pavilhões propriedade da Caixa, na Foz do Arelho.

8. PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS E REGULAMENTARES

Reanálise do projeto de alteração dos Estatutos da Caixa de Previdência do Ministério da Educação e/ou seu regulamento, adequando-os à evolução da conjuntura." (fim de transcrição do plano estratégico).

■ 4. SÍNTESE DO NONAGÉSIMO EXERCÍCIO

■ 4.1. As Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício de 2016 foram preparadas de acordo com o Regime de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor não Lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº.36-A/2011, de 9 de Março. Este regime integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei nº.158/2009, de 13 de Julho, que tem sido adotado pela Caixa de Previdência do Ministério da Educação desde o exercício de 2010.

O desenvolvimento destes processos encontra-se detalhado no Balanço, nas Notas às Demonstrações Financeiras e demais elementos que compõem o Relatório e Contas do exercício de 2016.

■ 4.2. Evolução sobre as parcelas de rendimento

Indica-se de seguida a evolução no triénio sobre as parcelas de rendimento e respetivas taxas:

Tipos de rendimento		relativa das rendimento (Taxas médias de rendimento (%)		
	2014	2015	2016	2014	2015	2016
Depósitos em Bancos	7,79	7,03	7,63	2,01	1,12	0,64
Prédios de Rendimento	91,51	90,52	89,99	5,13	5,46	5,96
Títulos da Dívida Pública	0,14	0,13	0,13	3,15	3,14	3,15
Obrigações (Corporate Bonds)	n.a.	1,83	1,80	n.a.	4,43	3,79
Hipotecas para Habitação	0,39	0,36	0,32	5,61	5,57	5,52
Hipotecas para Obras	0,13	0,12	0,11	4,89	4,97	5,06
Emprést. Apoio à Família	0,02	0,01	0,01	4,79	5,29	4,53
Emprést. Sobre Quotas Pagas	0,02	(a)0,00	0,01	3,80	0,96	6,10
	Taxa geral de rendimento		4,89	5,13	5,48	

⁽a) O valor exato é de 0,00025%

■ 5. ACORDOS E PROTOCOLOS COM OUTRAS ENTIDADES

Mantêm-se os acordos e protocolos com diversas entidades na área do turismo, da assistência e das clínicas médicas e outros, com o benefício de descontos para os sócios que diretamente contactam as entidades pretendidas, cuja publicitação se encontra disponível no site desta Caixa em www.cpme.pt.

■ 6. PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DO SALDO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Descritos os pontos relevantes deste exercício, apresentamos a proposta de aplicação do resultado, com base nas disposições estatutárias.

Seguindo os critérios de prudência adotados descreve-se, a seguir, a fundamentação da proposta de aplicação do resultado, com o reforço das reservas estatutariamente definidas e no aumento da distribuição de melhorias pelos subscritores.

O exercício de 2016 foi concluído com um resultado líquido de **1 188 586,72** euros.

Nestas circunstâncias, propomos que se mantenha:

1º - O critério que vem sendo adotado na distribuição da parte do resultado destinado a melhorias, com o objetivo de seguir um procedimento uniforme para todas as modalidades de seguros sociais e que contemple equitativamente todas as subscrições;



- 2º De acordo com o acima indicado, o critério na distribuição do resultado, contemplando:
- a) O reforço do Fundo de Reserva Legal, de acordo com o valor fixado no parágrafo 3º do artº 23º dos Estatutos;
- b) O reforço do Fundo de Reserva Extraordinária;
- c) O reforço da Reserva Extraordinária para beneficiação de imóveis;
- d) A distribuição de uma parte, sob a forma de melhorias, pelas subscrições das diversas modalidades de previdência;
- e) A valorização das rendas vitalícias em pagamento, ainda como parte da distribuição do resultado destinado a melhorias, nas seguintes condições:
- e1) Manter o valor da renda mínima anual em 18 euros:
- e2) Valorizar as demais rendas em 2%, sobre o valor processado no ano anterior;
- e3) Excluir dessa valorização de 2% as rendas iniciadas em 2016 e 2017.

Nestes termos propomos, ainda:

- 1º Que se aprove o seguinte procedimento para a distribuição da parte do resultado do exercício destinada a melhorias das subscrições de todas as modalidades de previdência:
- a) Repartição do valor atribuído, proporcionalmente ao valor global das reservas matemáticas constituídas para cada modalidade (incluindo a prevista no artº 1º dos Estatutos);
- b) Distribuição do valor global correspondente a cada modalidade, por cada uma das respetivas subscrições, proporcionalmente ao montante das quotas pagas, para cada uma delas.

2º – Que nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artº 23º dos Estatutos e, de acordo com o critério definido no número 1º, propomos, também, que ao resultado do exercício, de **1 188 586,72 euros,** seja dada a seguinte aplicação (valores em euros):

a) - Para Fundo de Reserva Legal (20%)	237.717,34
b) - Para Fundo de Reserva Extraordinária (31%)	368.461,88
c) - Para Reserva Extraordinária para Beneficiação	
de Imóveis (33,5%)	398.176,56
d) - Para distribuição pelos subscritores das diversas	
modalidades de previdência, na plenitude dos	
seus direitos sociais em 31/12/2016, 15%	
(178 288,01), assim, repartidos:	

■ Subsídio por Morte	142.404,96
Seguro de Vida Inteira	2.502,66
Pensões de Reforma - Formação	3.219,84
Pensões de Reforma – Curso	599,30
Seguro de Reforma	14.314,08
Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação	39,97
Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso	283,92
Seguro de Maioridade	457,13
Seguro de Lazer	14.401,71
Capitais Diferidos com Opção	64,44
e) - Para complemento das pensões de renda vitalícia	
a pagar durante o ano de 2017,	
nas condições atrás indicadas (0,5%)	5.942,93

Total 1 188 586,72

Lisboa, 20 de Fevereiro de 2017

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

aa) António Manuel Dias Farinha Maria de Fátima Lencastre Silva Alípio Marques Magalhães Fernandes José da Graça Lourenço Quitério Libânia Madalena Mateus Morais Mamede





■ ÓRGÃOS SOCIAIS

O Conselho de Administração agradece ao Conselho Fiscal e aos demais membros dos Órgãos Sociais a dedicação e o empenho demonstrados na participação da vida associativa desta Caixa.

■ FUNCIONÁRIOS E DEMAIS COLABORADORES

Aos Funcionários e demais Colaboradores que nos acompanharam neste percurso em que todos caminhámos para proporcionar os resultados deste exercício, as nossas palavras de apreço e reconhecimento pelo esforço desenvolvido e pelo profissionalismo demonstrado.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,

aa) António Manuel Dias Farinha Maria de Fátima Lencastre Silva Alípio Marques Magalhães Fernandes José da Graça Lourenço Quitério Libânia Madalena Mateus Morais Mamede



■ 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Na data de referência deste relatório, a **CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** tinha 441 subscrições nas novas modalidades de seguro social, o que representa um decréscimo de uma unidade em relação ao ano anterior. No número indicado estão incluídas cinco subscrições já em curso.

Na maior parte deste relatório continuaremos a distinguir as modalidades antigas das introduzidas em 2002 e 2009, uma vez que continua a não ser prático comparar os valores quantificados relativamente a umas e outras. Em todos os quadros as grandezas financeiras estão expressas em euros.

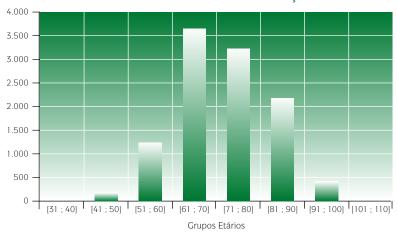
■ 1. MODALIDADES ANTIGAS

Em 31 de dezembro de 2016 havia 10.952 subscrições em Subsídio por Morte (das quais 796 dizem respeito a sócios suspensos) e 421 Rendas Vitalícias. O número de subscrições em Subsídio por Morte diminuiu 2,5%, tendo o número de sócios suspensos diminuído 14 unidades. A distribuição das subscrições é apresentada no quadro seguinte, sendo as Rendas Vitalícias expressas pelo seu valor anual.

Modalidades	Número de subscrições	Valores subscritos e melhorias	Quotização anual
Subsídio por Morte	10.156	8.462.809,86	141.468,24
Rendas Vitalícias	421	25.812,79	

No gráfico que se segue apresenta-se a distribuição etária dos sócios subscritores de Subsídio por Morte, incluindo os suspensos.

SUBSÍDIO POR MORTE - Distribuição etária



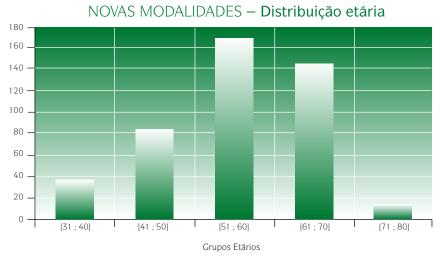
A idade média desta população manteve-se nos 72 anos. Se se tives-sem considerado também os subscritores das novas modalidades, a idade média seria ainda 72 anos.

As reservas matemáticas referentes ao Subsídio por Morte e às Rendas Vitalícias totalizam **5.562.494,01** €, assim distribuídos:

Modalidades	Reservas matemáticas
Subsídio por Morte	5.409.953,91
Rendas Vitalícias	152.540,10
Total	5.562.494,01

■ 2. MODALIDADES INTRODUZIDAS EM 2002 E EM 2009

Estas modalidades contam com 441 subscrições, como foi referido. A distribuição etária dos subscritores é a seguinte:



Comparando com o gráfico de há um ano, pode reparar-se que há diminuição no primeiro e terceiro escalões etários; nos restantes escalões quase não há variação.

O quadro seguinte mostra a distribuição destas subscrições, registando as idades médias e os valores atuais dos capitais subscritos, das melhorias e da quotização mensal. As subscrições de Pensões de Reforma referem-se ao valor anual e as de Seguro de Prosseguimento de Estudos referem-se a uma semestralidade. É evidente a preferência dos subscritores por duas das modalidades, entre as que têm ao seu dispor:

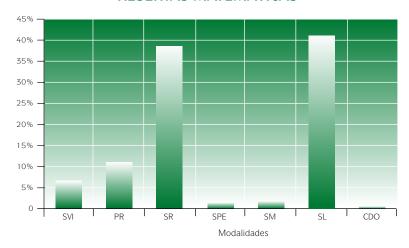
		lala ala	Valores atuais			
Modalidades	Número	Idade média	Subscrições	Melhorias	Quotas mensais	
Seguro de Vida Inteira	21	64	226.082,21	7.533,62	676,98	
Pensões de Reforma - Formação	9	53	23.498,00	699,61	686,33	
Pensões de Reforma - Curso	2	63	2.054,85	170,26		
Seguro de Reforma	184	54	1.090.567,30	23.181,03	4.972,57	
S. Prosseg. Estudos - Formação	1	35	250,00	3,33	18,58	
S. Prosseg. Estudos - Curso	3		1.245,99	68,28		
Seguro de Maioridade	7	56	21.697,24	835,03	94,76	
Seguro de Lazer	211	57	1.063.590,16	25.834,02	5.314,31	
Capitais Diferidos com Opção	3	66	5.520,00	130,65	13,91	
Totais	441	56			11.777,44	

As reservas matemáticas destas subscrições (incluindo as melhorias) ascendem a **1.363.193,77 €**, assim parceladas:

Madalidadaa	Reservas matemáticas				
Modalidades	Subscrições	Melhorias	Totais		
Seguro de Vida Inteira	90.232,91	4.843,05	95.075,96		
Pensões de Reforma - Formação	117.789,24	4.532,08	122.321,32		
Pensões de Reforma - Curso	21.024,74	1.742,68	22.767,42		
Seguro de Reforma	527.093,43	16.697,38	543.790,81		
Seg. de Prosseg. de Estudos - Formação	1.487,55	30,74	1.518,29		
Seg. de Prosseg. de Estudos - Curso	10.203,41	582,59	10.786,00		
Seguro de Maioridade	16.594,61	771,71	17.366,32		
Seguro de Lazer	527.440,26	19.679,46	547.119,72		
Capitais Diferidos com Opção	2.369,90	78,03	2.447,93		
Totais	1.314.236,05	48.957,72	1.363.193,77		

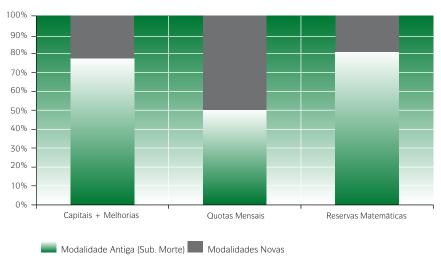
O gráfico que se segue mostra a distribuição percentual destas reservas, sendo as modalidades representadas pelas suas iniciais (SVI-Seguro de Vida Inteira; PR-Pensões de Reforma; SR-Seguro de Reforma; SPE-Seguro de Prosseguimento de Estudos; SM-Seguro de Maioridade; SL-Seguro de Lazer; CDO-Capitais Diferidos com Opção):

MODALIDADES INTRODUZIDAS EM 2002 E 2009 RESERVAS MATEMÁTICAS



Pode agora fazer-se a comparação entre estas modalidades e a antiga:

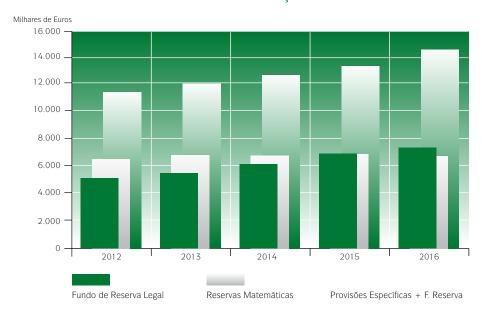
MODALIDADES NOVAS E ANTIGA



As quotas mensais das modalidades novas e do Subsídio por Morte equivalem-se, apesar de o número de subscrições em Subsídio por Morte continuar a ser cerca de 25 vezes maior que o número de subscrições nas modalidades novas.

Apresenta-se, seguidamente, um gráfico que mostra a evolução das reservas matemáticas totais e da sua cobertura nos últimos cinco anos. Mantém-se a evolução positiva das três grandezas quantificadas.

RESERVAS MATEMÁTICAS E FUNDOS EVOLUÇÃO



As reservas matemáticas totalizam agora **6.925.687,78 €**, valor integralmente coberto pelo ativo líquido da Caixa. A situação técnico-atuarial mantém-se muito boa.

Lisboa, 20 de fevereiro de 2017

O Atuário, Nuno José Botto dos Reis Rodrigues Atuário Titular pelo Instituto dos Actuários Portugueses



Relato Sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Caixa de Previdência do Ministério da Educação (CPME),** que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2016 (que evidencia um total de 41.510,72 milhares de euros e um total de fundos patrimoniais de 33.760,86 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 1.188,59 milhares de euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma de Contabilidade e Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

■ Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório do Conselho de Administração nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demons-trações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de

Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;

- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório do Conselho de Administração com as demonstrações financeiras.

Relato Sobre Outros Requisitos Legais e Regulamentares Sobre o relatório do Conselho de Administração

Em nossa opinião, o relatório do Conselho de Administração foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 1 de Março de 2017

PKF & Associados, SROC, Lda. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Representada por Célia Maria Pedro Custódio (ROC n.º 1286 / CMVM n.º 20160897)

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal



O Conselho Fiscal vem submeter o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas do exercício de 2016, no cumprimento do disposto nos artigos 21 º dos estatutos e 85 º do regulamento estatutário da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.

Analisado o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras que fazem parte desta publicação do Relatório e Contas do 90° exercício, relativo ao ano de 2016, o Conselho Fiscal considera cumpridos os procedimentos legais, salientando que acompanhou com ponderação o Relatório dos auditores externos PKF & Associados, SROC, Lda, e o Relatório Atuarial do Atuário Dr. Nuno Rodrigues, que fazem parte do conjunto de elementos do relatório de 2016.

A atividade do exercício reflete o esforço que continua a ser desenvolvido na gestão do património com o benefício direto da atividade social preconizada estatutariamente.

Conclui o Conselho Fiscal que a situação económica e financeira da Caixa de Previdência do Ministério da Educação mantém-se estável e sustentada.

Agradecemos a mensagem deixada pelo Conselho de Administração, assim como acompanhamos o reconhecimento manifestado aos demais Órgãos Sociais, aos Trabalhadores e restantes Colaboradores da Caixa de Previdência do Ministério da Educação.



Nos termos do exposto e no acompanhamento das medidas tomadas pelo Conselho de Administração, em relação ao exercício de 2016, propõe-se:

- 1. Que se aprove o relatório do Conselho de Administração;
- 2. Que se aprovem as contas que compõem as Demonstrações Financeiras;
- 3. Que se aprove a distribuição do resultado do exercício, nos termos propostos pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Lisboa, 9 de Março de 2017

O CONSELHO FISCAL

aa) Jorge Carvalho Arroteia Henrique Alberto de Moura Portugal Sobral Cristina Maria Carapeto Pereira

Balanço e mapas anexos



BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

DURRIGAG	NOTAC	DAT	TAS
RUBRICAS	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Activos fixos tangíveis	3.1, 5, 13.2.1	1 914 210,00	1 961 964,19
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento	3.2, 6.1, 6.2, 7, 13.2.1	33 463 021,94	33 064 117,38
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	2, 3.9.3, 8, 11.3, 11.4, 13.2.1	202 421,43	254 044,48
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
		35 579 653,37	35 280 126,05
Activo corrente:			
Inventários		0,00	0,00
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.9.1, 8, 11.4, 13.2.1	6 210,21	5 620,38
Outras créditos a receber	3.9.1, 8, 11.4, 13.2.1,13.2.2.1	26 057,54	30 140,53
Diferimentos	13.2.2.2	9 362,44	6 247,98
Outros activos financeiros	2, 3.9.3,11.1, 11.2,11.3,11.4,13.2.1	1 042 399,87	1 028 286,00
Caixa e depósitos bancários	3.9.2, 4	4 847 038,81	3 783 773,33
		5 931 068,87	4 854 068,22
Total do activo		41 510 722,24	40 134 194,27

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (CONTINUAÇÃO)

Euros

		DAT	'AS
RUBRICAS	NOTAS	31/12/2016	31/12/2015
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais:			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas	3.6, 13.2.1	7 552 816,06	6 796 802,82
Resultados transitados	2, 3.6, 13.2.1	25 019 453,65	25 019 453,65
Excedentes de revalorização	3.6, 13.2.1	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		32 572 269,71	31 816 256,47
Resultado líquido do período	3.6	1 188 586,72	849 453,07
Total do fundo de capital		33 760 856,43	32 665 709,54
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões	3.5, 9.2	0,00	0,00
Provisões específicas	3.5, 9.1	6 925 687,78	6 752 240,52
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		6 925 687,78	6 752 240,52
Passivo corrente:			
Fornecedores	11.4	194 573,91	142 421,04
Estado e outros entes públicos	10.1	15 233,66	15 815,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	13.2.1	153 743,11	121 998,51
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	13.2.2.2	285 359,01	273 816,20
Outros passivos correntes	11.4, 13.2.2.1	175 268,34	162 192,80
		824 178,03	716 244,21
Total do passivo		7 749 865,81	7 468 484,73
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		41 510 722,24	40 134 194,27

Lisboa, 20 de fevereiro de 2017

O Administrador Delegado Alípio Magalhães Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

		PERÍO	DOS
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2016	2015
Vendas e serviços prestados	13.3.4	296 897,31	296 844,26
Subsídios, doações e legados à exploração		0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	13.3.1	-707 503,80	-920 554,43
Gastos com o pessoal	13.3.2	-687 380,80	-719 919,36
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	3.3, 8	-17 955,40	10 185,87
Provisões (aumentos/reduções)	3.5, 9.2	0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)	3.4, 9.1	-82 014,61	-140 044,07
Outras imparidades (perdas/reversões)	3.3, 11.1	0,00	-3 385,10
Aumentos/reduções de justo valor		-13 533,58	-6 484,65
Outros rendimentos	13.3.5	2 961 222,71	2 699 776,95
Outros gastos	13.3.5	-334 096,57	-250 034,91
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 415 635,26	966 384,56
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	3.1,5,6.2	-293 177,70	-208 691,99
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		1 122 457,56	757 692,57
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3.3	66 129,16	91 760,50
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		1 188 586,72	849 453,07
Imposto sobre o rendimento do período	10.2		
Resultado líquido do período	·	1 188 586,72	849 453,07

Lisboa, 20 de fevereiro de 2017

O Administrador Delegado Alípio Magalhães Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Euros

		PERÍODOS			
RUBRICAS	NOTAS	2016	2015		
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		2010	2013		
Recebimentos de clientes e utentes					
Pagamentos de subsídios		-152 781,87	-137 231,28		
Pagamentos de apoios					
Pagamentos de bolsas					
Pagamentos a fornecedores		-516 530,12	-600 425,09		
Pagamentos ao pessoal		-341 611,71	-347 215,99		
Caixa gerada pelas operações		-1 010 923,70	-1 084 872,36		
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-74 620,66	-79 601,36		
Outros recebimentos/pagamentos		2 931 835,02	2 761 590,03		
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1 846 290,66	1 597 116,31		
Fluxos de caixa das actividades de investimento					
Pagamentos respeitantes a:					
Activos fixos tangíveis		-858 658,05	-1 137 353,60		
Activos intangíveis					
Investimentos financeiros			-979 422,59		
Outros activos					
Recebimentos provenientes de:					
Activos fixos tangíveis		21 737,30	19 572,44		
Activos intangíveis					
Investimentos financeiros					
Outros activos					
Subsídios ao investimento					
Juros e rendimentos similares		53 895,57	64 016,74		
Dividendos					
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-783 025,18	-2 033 187,01		
Fluxos de caixa das actividades de financiamento					
Recebimentos provenientes de:					
Financiamentos obtidos					
Realização de fundos					
Cobertura de prejuízos					
Doações					
Outras operações de financiamento					
Pagamentos respeitantes a:					
Financiamentos obtidos					
Juros e gastos similares					
Dividendos					
Redução de fundos					
Outras operações de financiamento					
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		0,00	0,00		
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		1 063 265,48	-436 070,70		
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00		
Caixa e seus equivalentes no início do período		3 783 773,33	4 219 844,03		
Caixa e seus equivalentes no fim do período		4 847 038,81	3 783 773,33		

Lisboa, 20 de fevereiro de 2017

O Administrador Delegado Alípio Magalhães Fernandes

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2015

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas
OSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	0,00	0,00	6 088 640,35
LITERAÇÕES NO PERÍODO rimeira adoção de novo referencial contabilístico lterações de políticas contabilísticas iferenças de conversão de demonstrações financeiras ealização do excedente de revalorização xcedentes de revalorização justamentos por impostos diferidos outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	2	0,00	0,00	708 162,47 708 162,47
ESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			
ESULTADO INTEGRAL	4=2+3			
PPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO undos ubsídios, doações e legados utras operações istribuições				
	5	0,00	0,00	0,00
omplemento de pensões de renda vitalícia a pagar em 2015	5			

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	6	0,00	0,00	6 796 802,82	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adoção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização Excedentes de revalorização Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	5, 6.2 2, 5, 6.2			756 013,24	
	7	0,00	0,00	756 013,24	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8				
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8				
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO Fundos Subsídios, doações e legados Outras operações Distribuições Complemento de pensões de renda vitalícia a pagar em 2016	10	0,00	0,00	0,00	
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	6+7+8+10	0.00	0.00	7 552 816.06	

^{*} O valor dos excedentes de revalorização está incluído na rubrica de resultados transitados do balanço

Lisboa, 20 de fevereiro de 2017

Fundos patrimonia	nis atribuídos aos ins	stituidores da entid	dade-mãe				
Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização *	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total dos fundos patrimoniais
15 018 846,40	0,00	10 000 607,25	0,00	765 581,05	31 873 675,05	0,00	31 873 675,05
114 075,28		-114 075,28			0,00 0,00 0,00 0,00		0,00 0,00 0,00 0,00
114 075,28	0,00	-114 075,28	0,00	-708 162,47 -708 162,47	0,00 0,00 0,00 0,00	0,00	0,00 0,00 0,00 0,00
				849 453,07	849 453,07		849 453,07
				849 453,07	849 453,07	0,00	849 453,07
0,00	0,00	0,00	0,00	-49 762,77 -7 655,81 -57 418,58	0,00 0,00 0,00 -49 762,77 -7 655,81 - 57 418,58	0,00	0,00 0,00 0,00 -49 762,77 -7 655,81 - 57 418,58
15 132 921,68	0,00	9 886 531,97	0,00	849 453,07	32 665 709,54	0,00	32 665 709,54
Fundos patrimonia Resultados transitados	is atribuídos aos ins Ajustamentos em ativos financeiros	stituidores da entid Excedentes de revalorização*	dade-mãe Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses Minoritários	Total dos fundos patrimoniais
15 132 921,68	0,00	9 886 531,97	0,00	849 453,07	32 665 709,54	0,00	32 665 709,54
113 872,95		-113 872,95		-756 013,24	0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00		0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
113 872,95	0,00	-113 872,95	0,00	-756 013,24	0,00	0,00	0,00
				1 188 586,72	1 188 586,72		1 188 586,72
				1 188 586,72	1 188 586,72	0,00	1 188 586,72
0,00	0,00	0,00	0,00	-84 945,30 -8 494,53 -93 439,83	0,00 0,00 0,00 -84 945,30 -8 494,53 -93 439,83	0,00	0,00 0,00 0,00 -84 945,30 -8 494,53 -93 439,83
15 246 794,63	0,00	9 772 659,02	0,00	1 188 586,72	33 760 856,43	0,00	33 760 856,43

O Administrador Delegado Alípio Magalhães Fernandes



(valores expressos em euros)

31 de dezembro de 2016 e 2015

■ 1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Caixa de Previdência do Ministério da Educação tem sede na Praça D. Pedro IV (Rossio), 45 – 3°, 1149-069 Lisboa, tendo a sua criação sido aprovada pelo Decreto n° 12 695, de 19 de novembro de 1926. Destina-se a assegurar, no caso de morte de qualquer dos seus associados, um subsídio, com carácter de seguro de vida, aos seus herdeiros ou à pessoa ou pessoas para esse efeito designadas pelo sócio nos termos do Estatuto e seus regulamentos, bem como outras modalidades de previdência ou ainda ações de solidariedade social.

A CPME é uma Instituição de Previdência Social, dotada de personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira e rege-se pelos estatutos aprovados pelo Decreto-Lei nº 35 781 de 5/8/1946 com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis nºs 193/97 de 29 de julho e 34/2008 de 26 de fevereiro.

■ 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) definido pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, alterado pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Este regime passou a incorporar as disposições relativas às entidades do setor não lucrativo e às microentidades, constantes do Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, que foi utilizado pela CPME até 2015. O regime adotado inclui as seguintes normas:

- Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL), definidas pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho.
- Modelos de Demonstrações Financeiras para Entidades do Sector não Lucrativo, definidos pela Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho.
- Códigos de Contas, definidos pela portaria n.º 218/2015, de 23 de julho (inclui o Quadro Síntese de Contas, o Código de Contas e as Notas de Enquadramento).

Dado que o Sistema de Normalização Contabilística agora adotado surgiu pela incorporação do Regime para as Entidades do Sector não Lucrativo e a CPME já aplicava as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro por este estipuladas, não houve necessidade de se proceder a qualquer ajustamento de transição, tendo-se unicamente elaborado um balanço de abertura em 1 de janeiro de 2015, de forma a poder apresentar as demonstrações financeiras de 2015 para fins comparativos com o exercício de 2016.

Nos movimentos de abertura de saldos do exercício de 2016 foi efetuada a reclassificação do valor relativo a Títulos da Dívida Pública detidos pela CPME que se consubstanciou no aumento da rubrica "Outros Instrumentos Financeiros" e respetiva diminuição da rubrica "Investimentos Financeiros" no montante líquido de 55.348,06 euros, resultantes de um valor de aquisição de 73 049,46 euros e de ajustamentos de Justo Valor negativos de 17 701,40 euros.

Todos os comparativos das demonstrações financeiras de 2016 que digam respeito ao ano 2015 vêm influenciados pelos efeitos desta reclassificação, permitindo uma adequada comparabilidade das demonstrações financeiras.

■ 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade.

Foi utilizado o custo histórico como critério para preparação das demonstrações financeiras.

■ 3.1. Activos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis, são valorizados ao custo de aquisição líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade. Os custos com manutenção e reparação são adicionados ao valor do bem ou reconhecidos separadamente, caso seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a CPME, caso contrário são reconhecidos como gasto do período.

Relativamente aos edifícios, o custo histórico considerado compreende os montantes das revalorizações anteriores a 2009, tendo sido esse o custo considerado.

Sempre que necessário serão efetuadas reavaliações, sendo os excedentes de revalorização creditados no capital próprio. Quando existam diminuições que compensem os aumentos anteriores, estas são subtraídas ao excedente conta-

bilizado. Foi ainda definido que 25% do valor de cada edifício seja afeto como valor residual, não amortizável.

Os contratos de locação em que a CPME assuma substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo locado são classificados como locações financeiras, sendo estes contratos registados como ativo (valor do ativo tangível) e no passivo (valor da dívida) pelo menor entre o justo valor ou o valor atual das rendas de locação vincendas. Estes ativos são depreciados de acordo com a política de depreciação definida para o tipo de ativo. Em 31/12/2016 e 31/12/2015 não existem contratos de locação financeira.

Relativamente às depreciações, foi determinado o uso do método das quotas constantes, utilizando-se imputação decimal do valor da quota calculada. As taxas aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens e são as seguintes:

Edificios	150 anos
Equipamento Administrativo	3 – 10 anos
Outros activos fixos tangíveis	10 anos

Os custos com manutenção e reparação de edifícios reconhecidos em Ativos fixos tangíveis a partir de 1 de janeiro de 2015 são reconhecidos separadamente e amortizados conforme as intervenções efetuadas no edifício, sem que recaia sobre o seu valor nenhuma parcela relativa a valor residual não amortizável. As vidas úteis estimadas, definidas de acordo com os tipos de intervenção são as seguintes:

Partes Comuns Exteriores - Esgotos	15 anos
Partes Comuns Exteriores - Fachadas	8 anos
Partes Comuns Exteriores - Telhado	20 anos
Partes Comuns Exteriores - Terraços Não Transitáveis	10 anos
Partes Comuns Exteriores - Terraços Transitáveis	10 anos
Interiores - Eletricidade	20 anos
Interiores - Água	20 anos
Interiores - Esgotos	20 anos
Interiores - Gás	20 anos
Interiores - Paredes / Tetos	8 anos
Interiores - Pavimento	8 anos
Interiores - Caixilharia Carpintaria	10 anos
Interiores - Caixilharia Serralharia	15 anos
Partes Comuns Interiores - Colunas de Eletricidade	20 anos
Partes Comuns Interiores - Colunas de Água	20 anos
Partes Comuns Interiores - Esgotos	20 anos
Partes Comuns Interiores - Colunas de Gás	20 anos

(continuação)

Partes Comuns Interiores - Colunas de Telef.Intercom.	20 anos
Partes Comuns Interiores - Elevadores	10 anos
Partes Comuns Interiores - Paredes / Tetos	10 anos
Partes Comuns Interiores - Pavimento	10 anos
Partes Comuns Interiores - Escadas / Patins	8 anos
Partes Comuns Interiores - Caixilharia Carpintaria	10 anos
Partes Comuns Interiores - Caixilharia Serralharia	15 anos
Diversos	5 anos

Os valores residuais dos ativos e a vida útil estimada, bem como, se necessário o método de depreciação, serão revistos na data do balanço.

Sempre que existam indícios de que o valor recuperável do ativo é inferior ao valor escriturado, são efetuados testes de imparidade, de forma a ajustar o excedente do valor escriturado face ao valor recuperável

■ 3.2. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem os imóveis (terrenos e edifícios) detidos para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades, não se destinando ao uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos ou para venda no curso ordinário dos negócios.

As propriedades de investimento são inicialmente mensuradas ao custo considerado (que inclui os excedentes de reavaliação anteriores a 1 de janeiro de 2009 e os custos de transação). Subsequentemente, as propriedades de investimento são mensuradas de acordo com o modelo do custo. Os custos incorridos relacionados com propriedades de investimento em utilização nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como um gasto no exercício a que se referem. As beneficiações relativamente às quais existem expetativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais são capitalizadas na rubrica de "Propriedades de investimento".

As propriedades de investimento são registadas de acordo com o modelo de custo, correspondendo a sua quantia escriturada na data de relato ao seu custo de produção ou aquisição deduzido de depreciações e de perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o momento em que a propriedade de investimento se encontra em condições de ser utilizada, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de propriedades de investimento.

A vida útil e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados do exercício e dos exercícios seguintes. À semelhança do definido para ativos fixos tangíveis foi estimada para estas propriedades a vida útil de 150 anos e foi definido igualmente um valor residual, não amortizável, de 25% do valor de cada propriedade. Também como definido para os ativos fixos tangíveis, as beneficiações capitalizadas na rubrica "Propriedades de investimento" são amortizadas em conformidade com as intervenções efetuadas de acordo com o quadro expresso na nota 3.1., a partir de 1 de janeiro de 2015, não se prevendo que nenhuma parcela do seu valor seja afeta a valor residual não amortizável.

Apesar de registadas segundo o método do custo, é divulgado anualmente o justo valor das propriedades de investimento.

■ 3.3. Imparidade de activos

Sempre que exista evidência de que não seja possível receber a totalidade ou parte de alguma dívida de terceiro, a CPME reconhece uma perda por imparidade no valor do excedente entre o valor apresentado à data do teste de imparidade e o valor descontado a uma taxa de juro efetiva dos fluxos de caixa futuros estimados. No caso de se estimar a perda total do valor, a perda por imparidade compreenderá o valor total em dívida.

Relativamente a outros ativos é efetuado o teste de imparidade, sempre que existam indícios de que esta possa existir, sendo o valor desta calculado pela diferença entre a quantia escriturada e o valor recuperável. O valor recuperável é o menor entre o justo valor menos os gastos para venda e o valor de uso. Sempre que tal seja possível, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa para efeitos de cálculo da perda por imparidade.

Os valores de perdas por imparidade são reconhecidos na demonstração de resultados e/ou no capital próprio nos casos em que o ativo possua excedentes de revalorização escriturados e até à sua concorrência.

■ 3.4. Provisões específicas

As provisões específicas ou matemáticas destinam-se a cobrir as responsabilidades com os benefícios dos sócios nas diferentes modalidades por estes subscritas. Os movimentos relativos a estas provisões são reconhecidos na rubrica "Provisões específicas do sector" ou na rubrica "Específicas", consoante se trate, respetivamente, de reforços ou de reversões, utilizando-se para o efeito as subrubricas

"Dotação p/ Reservas Matemáticas" ou "Ajuste das Reservas Matemáticas".

No final de cada ano são calculadas e certificadas por Atuário independente, de acordo com as seguintes bases técnicas:

Subsídio por Morte (antigo): HM - 3%

Rendas Vitalícias: CR - 3.5% ou CR - 3% (3.5% nas mais antigas e 3% nas mais modernas)

Modalidades introduzidas em 2002, incluindo as Pensões de Reforma (modalidade desativada em 2008): PM60G - 4%

Capitais Diferidos com Opção: PP79/82 - 3%

■ 3.5. Provisões para outros riscos e encargos

Este tipo de provisão é constituído sempre que a CPME tenha:

- Uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado,
- Seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e,
- O montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tais estimativas são determinadas tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação e são revistas na data de relato, sendo ajustadas quando necessário, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

■ 3.6. Fundos patrimoniais

De acordo com o art.º 23º, parágrafo 3º, "A Caixa tem uma reserva legal constituída por uma percentagem não inferior a 20% do saldo da conta de gerência", tendo sido reforçada com 28% do resultado líquido do exercício de 2015.

O reforço das restantes reservas é condicionado aos montantes deliberados em Assembleia Geral por proposta do Conselho de Administração.

■ 3.7. Locações

As locações são classificadas como locações operacionais se uma parcela significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse for retida pelo locador. Os pagamentos efetuados relativos a locações operacionais são reconhecidos na demonstração de resultados durante o período da locação.

3.8. Réditos

O rédito proveniente de rendas é reconhecido segundo o regime do acréscimo de acordo com a substância dos correspondentes contratos, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a entidade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

■ 3.9. Activos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e os passivos financeiros da entidade são classificados ao custo, custo amortizado ou ao justo valor.

■ 3.9.1. Clientes e outras contas a receber correntes

As dívidas de terceiros e outras contas a receber correntes são regis-

tadas pelo respetivo valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas contas a receber não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto do desconto em créditos concedidos em prazos tão curtos.

As perdas de imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é nula porque o efeito do desconto é imaterial.

■ 3.9.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes em causa correspondem aos valores de caixa e depósitos bancários e outros, vencíveis em ou a menos de seis meses e que possam ser imediatamente realizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

■ 3.9.3. Outros activos e passivos ao custo amortizado

São classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida e,
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável e,
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estes ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros).

São ainda classificados na categoria "ao custo ou custo amortizado", sendo mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas, os contratos para conceder ou contrair empréstimos que não possam ser liquidados numa base líquida e que, quando executados, reúnam as condições atrás descritas.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

À data de 31 de dezembro de 2016 os montantes reconhecidos em investimentos financeiros relativos a empréstimos a sócios não incluem qualquer efeito de desconto de juros por não se considerar material o impacto atendendo a que as taxas aplicadas estão em linha com as praticadas no mercado e o efeito do desconto nos montantes em dívida não seria relevante.

■ 3.9.4. Outros ativos e passivos ao justo valor

Os instrumentos financeiros que não são classificados ao custo ou custo amortizado são valorizados ao justo valor. Em 31 de dezembro de 2016 os instrumentos financeiros classificados ao justo valor estão discriminados nas Notas 11.1 e 11.2.

No final de cada ano é verificado o justo valor desses instrumentos financeiros e efetuado o ajustamento das diferenças entre esse valor e o valor contabilístico escriturado, sendo essas diferenças reconhecidas nos resultados do período.

■ 3.10. Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events") são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

■ 3.11. Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas as principais estimativas realizadas estão relacionadas com o cálculo de imparidades, vidas úteis dos bens do ativo fixo tangível e das propriedades de investimento e definição de valores residuais desses mesmos bens, bem como na determinação das responsabilidades relativas aos sócios refletidas nas provisões específicas. Conforme referido na Nota 3.4 acima, estas estimativas são anualmente certificadas por perito independente.

Relativamente às imparidades, foram reconhecidas perdas relativas a rendas de inquilinos, em todos os casos em que o processo do inquilino transitou para contencioso e sempre que existiram indícios de grande probabilidade de incobrabilidade, tendo sido monitorizada a cobrança das respetivas rendas.

Relativamente às vidas úteis e valores residuais de imóveis, foi tida em conta a experiência que a CPME tem em relação à manutenção dos imóveis e a consideração da realidade envolvente para determinar os respetivos valores.

■ 4. FLUXOS DE CAIXA

A discriminação dos valores relativos a caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	2016	2015
Caixa	100,96	100,00
Depósitos à Ordem	205 937,85	9 673,33
Depósitos a Prazo	4 641 000,00	3 774 000,00
TOTAIS	4 847 038,81	3 783 773,33

Os montantes dos depósitos a prazo constituídos, bem como as respetivas datas de vencimento e taxas de juro contratadas são:

	31 de dezembro d 2016				31 de dezemb	ro d 2015	
Banco	Valor	Data Venc.	Taxa %	Banco	Valor	Data Venc.	Taxa %
CGD	150 000.00	14/01/2017	0.01	MG	461 000.00	16/03/2016	1.30
NB	400 000.00	26/01/2017	1.00	MG	110 000.00	16/03/2016	0.80
NB	3 000 000.00	04/01/2017	0.75	CGD	1 000 000.00	05/04/2016	0.40
NB	630 000.00	20/01/2017	0.75	CGD	70 000.00	12/01/2016	0.10
NB	300 000.00	28/01/2017	0.75	CGD	630 000.00	15/12/2016	0.20
BPI	161 000.00	03/02/2017	0.10	CGD	53 000.00	02/04/2016	0.01
				NB	650 000.00	01/07/2016	1.25
				NB	60 000.00	24/04/2016	1.25
				NB	80 000.00	25/05/2016	1.25
				NB	400 000.00	26/10/2016	1.25
				BPI	160 000.00	03/02/2016	0.70
				BPI	100 000.00	19/02/2016	0.55
Totais	4 641 000.00				3 774 000.00		

■ 5. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

	Edifícios	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
1 de janeiro de 2015:					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 751 496,64	307 484,78	0,00	25 940,70	3 084 922,12
Depreciação Acumulada	-955 995,77	-280 262,70	0,00	0,00	-1 236 258,47
Valor líquido	1 795 500,87	27 222,08	0,00	25 940,70	1 848 663,65
31 de dezembro de 2015:					
Valor líquido em 1 de janeiro de 2015	1 795 500,87	27 222,08	0,00	25 940,70	1 848 663,65
Excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	25 940,70	0,00	-25 940,70	0,00
Aquisições (1)	78 622,79	67 895,13	0,00	0,00	146 517,92
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Aquisição)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Amortização Acumulada)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-9 604,02	-23 613,36	0,00	0,00	-33 217,38
Valor líquido em 31 de dezembro de 2015	1 864 519,64	97 444,55	0,00	0,00	1 961 964,19
31 de dezembro de 2015:					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 830 119,43	401 320,61	0,00	0,00	3 231 440,04
Depreciação Acumulada	-965 599,79	-303 876,06	0,00	0,00	-1 269 475,85
Valor líquido	1 864 519,64	97 444,55	0,00	0,00	1 961 964,19
31 de dezembro de 2016:					
Valor líquido em 1 de janeiro de 2016	1 864 519,64	97 444,55	0,00	0,00	1 961 964,19
Excedente de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	4 539,93	0,00	0,00	4 539,93
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Aquisição)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abates (Valor Amortização Acumulada)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-15 437,64	-36 856,48	0,00	0,00	-52 294,12
Valor líquido em 31 de dezembro de 2016	1 849 082,00	65 128,00	0,00	0,00	1 914 210,00
31 de dezembro de 2016:					
Valor de aquisição ou reavaliado	2 830 119,43	405 860,54	0,00	0,00	3 235 979,97
Depreciação Acumulada	-981 037,43	-340 732,54	0,00	0,00	-1 321 769,97
Valor líquido	1 849 082,00	65 128,00	0,00	0,00	1 914 210,00

Durante o exercício de 2016 foram realizados, relativos a edifícios, excedentes de revalorização anteriores a 2009 e refletidos em Resultados transitados no montante de 9 465,85 euros.

■ 6. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

■ 6.1. Rendimentos e gastos do exercício

Nº Imóvel	Localização do Imóvel	Data de Aquisição	Rendimentos Obtidos	Gastos	Saldo do Exercício
1	Rua Nova da Trindade, 1/1 - D e L. Chiado, 16/23	20/01/1938	257 846,24	27 435,12	230 411,12
2	Rua dos Correeiros, 8/20	18/03/1938	73 883,36	36 637,66	37 245,70
3	Pr. D.Pedro IV, 45/50 e R.1 ° Dezembro, 66/76	25/06/1938	103 023,66	10 832,64	92 191,02
4	Rua D. Pedro V, 53/57 e R. da Rosa, 254/266	16/08/1938	93 864,19	12 127,46	81 736,73
5	Av. da Liberdade, 1/7 e Rua da Glória, 2-A	18/11/1938	160 996,56	26 908,69	134 087,87
6	Av. Duque de Loulé, 93/95-B	19/08/1939	162 893,35	38 409,62	124 483,73
7	R. 1º Dezembro, 55/65 e Calç. do Carmo, 13/17	18/08/1939	121 890,30	4 909,37	116 980,93
8	Rua de Macau, 12/12-A	29/12/1941	16 281,51	4 931,09	11 350,42
9	Rua do Forno do Tijolo, 10/10-A	29/12/1941	15 349,79	14 822,09	527,70
10	Rua Sampaio Pina, 2/14 e R. Castilho, 175/183	28/02/1942	108 523,44	30 502,07	78 021,37
11	Av. Almirante Reis, 250/250- A	19/06/1942	56 683,26	31 921,38	24 761,88
12	Rua Coelho da Rocha, 122	07/07/1942	53 847,30	9 646,81	44 200,49
13	Rua Augusto José Vieira, 26	18/07/1942	20 669,56	1 039,48	19 630,08
14	Rua Augusto José Vieira, 28	18/07/1942	11 473,74	1 366,95	10 106,79
15	Av. Defensores de Chaves, 36	16/10/1942	92 173,51	14 870,14	77 303,37
16	Av. de Berna, 27/27-A e 27-B	27/12/1943	48 705,11	35 079,63	13 625,48
17	Rua das Praças, 13-B/13-C	07/01/1944	35 529,20	10 962,06	24 567,14
18	Av. Almirante Reis, 225/225-B	29/01/1945	33 244,27	22 587,69	10 656,58
19	Av. Visconde Valmor, 75/75-B	07/02/1945	60 574,15	6 211,73	54 362,42
20	Travessa do Sequeiro, 4/4-B	12/02/1945	0,00	4 838,45	-4 838,45
21	Rua Capitão Renato Baptista, 27/27-A	01/08/1946	31 156,68	7 417,29	23 739,39
22	Calçada Palma de Baixo, 9	05/08/1946	47 048,44	12 910,52	34 137,92
23	Rua D. João V, 14/14-A	27/01/1947	43 219,55	1 695,75	41 523,80
24	R. Braamcamp Freire, 36/36A, R. David Lopes, 14	09/10/1947	31 394,34	10 566,12	20 828,22
25	Rua Tenente Espanca, 26/26-C	11/09/1948	34 564,54	24 200,06	10 364,48
26	Rua Luís Augusto Palmeirim, 6/6-E	13/12/1949	46 866,32	6 878,43	39 987,89
27	Rua José d´Esaguy,10/10-D	05/12/1949	61 598,22	28 042,42	33 555,80
28	Estrada da Alagoa, 476 Rebelva - Carcavelos	28/05/1951	8 881,91	339,52	8 542,39
29	Rua Victor Córdon, 8/12	17/07/1953	114 775,24	6 578,35	108 196,89
30	Rua D. Estefânia, 195/195-D	24/02/1956	152 684,47	15 461,96	137 222,51
31	Av. Estados Unidos da América, 52/52-A	13/02/1959	102 605,70	21 078,17	81 527,53
32	Av. Estados Unidos da América, 113/113-A	03/03/1959	109 103,48	26 117,31	82 986,17
33	Av. Estados Unidos da América, 40/40-A	19/10/1959	84 217,80	38 039,08	46 178,72
34	Av. Estados Unidos da América, 38/38-A	10/04/1959	96 282,05	19 226,65	77 055,40
35	Av. Estados Unidos da América, 130/130-B	12/12/1958	141 041,65	17 700,91	123 340,74
36	Av. Estados Unidos da América, 123	17/07/1959	78 969,02	21 196,70	57 772,32
37	Alameda Santo António dos Capuchos, 4/4-C	31/08/1972	52 738,33	15 809,64	36 928,69
38	R. Ferreira Lapa, 29/29-B, R. Conde Redondo, 18	08/05/1972	88 672,26	1 919,34	86 752,92
39	Av. E. U. A., 63 e R. Cor. Bento Roma, 18/18-B	02/06/1972	76 347,48	17 745,85	58 601,63
	TOTAIS		2 929 619,98	638 964,20	2 290 655,78

As propriedades estão mensuradas pelo valor de custo, incluindo os excedentes de revalorização existentes a 1 de janeiro de 2009.

■ 6.2. Valorização das propriedades

		1 de Janeiro				
N° Imóvel	Valor de aquisição ou reavaliado	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido	Valorização por obras	Obras em Curso 31/12/2015
1	3 111 996,84	-999 868,83	0,00	2 112 128,01	0,00	0,00
2	760 300,50	-302 640,68	0,00	457 659,82	0,00	0,00
3	419 944,82	-166 897,53	0,00	253 047,29	0,00	0,00
4	870 676,94	-348 762,05	0,00	521 914,89	0,00	0,00
5	2 370 310,67	-1 026 333,64	0,00	1 343 977,03	0,00	0,00
6	2 116 368,01	-871 467,02	0,00	1 244 900,99	0,00	0,00
7	1 225 293,92	-529 507,91	0,00	695 786,01	0,00	0,00
8	386 363,51	-163 757,36	0,00	222 606,15	0,00	0,00
9	682 983,60	-298 745,26	0,00	384 238,34	0,00	0,00
10	1 916 278,08	-574 027,78	0,00	1 342 250,30	113 000,01	0,00
11	1 229 428,20	-356 720,67	0,00	872 707,53	0,00	0,00
12	638 668,84	-233 097,13	0,00	405 571,71	7 722,86	0,00
13	290 567,96	-96 479,49	0,00	194 088,47	0,00	0,00
14	294 757,19	-98 379,18	0,00	196 378,01	0,00	0,00
15	1 387 528,09	-567 453,88	0,00	820 074,21	47 666,19	0,00
16	951 518,53	-309 862,21	0,00	641 656,32	0,00	0,00
17	1 094 703,63	-342 757,34	0,00	751 946,29	0,00	0,00
18	571 869,64	-221 259,90	0,00	350 609,74	0,00	0,00
19	626 584,69	-257 305,46	0,00	369 279,23	0,00	0,00
20	493 003,83	-210 737,44	0,00	282 266,39	0,00	26 040,53
21	797 557,49	-276 251,22	0,00	521 306,27	0,00	0,00
22	799 169,80	-208 292,76	0,00	590 877,04	0,00	5 707,20
23	1 237 347,14	-455 398,44	0,00	781 948,70	14 584,73	0,00
24	786 314,51	-288 908,86	0,00	497 405,65	0,00	0,00
25	1 450 805,77	-564 280,55	0,00	886 525,22	0,00	0,00
26	666 916,83	-241 944,84	0,00	424 971,99	0,00	0,00
27	497 883,37	-166 676,77	0,00	331 206,60	0,00	0,00
28	191 609,76	-78 300,49	0,00	113 309,27	0,00	0,00
29	1 131 544,90	-380 992,80	0,00	750 552,10	0,00	3 949,53
30	2 434 160,13	-796 207,80	0,00	1 637 952,33	0,00	0,00
31	1 120 824,41	-271 785,88	0,00	849 038,53	0,00	0,00
32	1 217 974,06	-289 503,49	0,00	928 470,57	0,00	0,00
33	1 172 075,82	-312 052,80	0,00	860 023,02	32 049,13	0,00
34	1 107 503,26	-298 732,47	0,00	808 770,79	30 189,86	0,00
35	1 733 748,24	-495 683,93	0,00	1 238 064,31	0,00	0,00
36	1 083 466,83	-298 603,27	0,00	784 863,56	0,00	0,00
37	2 297 004,87	-553 085,11	0,00	1 743 919,76	0,00	0,00
38	3 959 755,07	-963 297,14	0,00	2 996 457,93	0,00	0,00
39	3 273 361,84	-806 729,97	0,00	2 466 631,87	283 299,71	0,00
	48 398 171,59	-15 722 789,35	0,00	32 675 382,24	528 512,49	35 697,26

Exercício 2	015					
Execedentes de revalorização	Perdas por imparidade do exercício	Trans- ferências	Depreciação do exercício	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido em 31/12/2015
0,00	0,00	0,00	-10 282,56	-1 010 151,39	0,00	2 101 845,45
0,00	0,00	0,00	-1 708,80	-304 349,48	0,00	455 951,02
0,00	0,00	0,00	-944,22	-167 841,75	0,00	252 103,07
0,00	0,00	0,00	-1 909,26	-350 671,31	0,00	520 005,63
0,00	0,00	0,00	-4 152,00	-1 030 485,64	0,00	1 339 825,03
0,00	0,00	0,00	-4 271,40	-875 738,42	0,00	1 240 629,59
0,00	0,00	0,00	-2 141,52	-531 649,43	0,00	693 644,49
0,00	0,00	0,00	-696,48	-164 453,84	0,00	221 909,67
0,00	0,00	0,00	-1 110,72	-299 855,98	0,00	383 127,62
0,00	0,00	0,00	-14 976,36	-589 004,14	0,00	1 440 273,95
0,00	0,00	0,00	-4 321,92	-361 042,59	0,00	868 385,61
0,00	0,00	0,00	-4 992,89	-238 090,02	0,00	408 301,68
0,00	0,00	0,00	-859,44	-97 338,93	0,00	193 229,03
0,00	0,00	0,00	-865,26	-99 244,44	0,00	195 512,75
0,00	0,00	0,00	-4 300,32	-571 754,20	0,00	863 440,08
0,00	0,00	0,00	-2 860,44	-312 722,65	0,00	638 795,88
0,00	0,00	0,00	-3 450,84	-346 208,18	0,00	748 495,45
0,00	0,00	0,00	-1 255,20	-222 515,10	0,00	349 354,54
0,00	0,00	0,00	-1 188,12	-258 493,58	0,00	368 091,11
0,00	0,00	0,00	-831,36	-211 568,80	0,00	307 475,56
0,00	0,00	0,00	-2 112,84	-278 364,06	0,00	519 193,43
0,00	0,00	0,00	-2 956,62	-211 249,38	0,00	593 627,62
0,00	0,00	0,00	-5 551,08	-460 949,52	0,00	790 982,35
0,00	0,00	0,00	-1 853,64	-290 762,50	0,00	495 552,01
0,00	0,00	0,00	-3 005,16	-567 285,71	0,00	883 520,06
0,00	0,00	0,00	-1 568,52	-243 513,36	0,00	423 403,47
0,00	0,00	0,00	-1 335,00	-168 011,77	0,00	329 871,60
0,00	0,00	0,00	-341,52	-78 642,01	0,00	112 967,75
0,00	0,00	0,00	-2 887,00	-383 879,80	0,00	751 614,63
0,00	0,00	0,00	-6 291,00	-802 498,80	0,00	1 631 661,33
0,00	0,00	0,00	-3 794,52	-275 580,40	0,00	845 244,01
0,00	0,00	0,00	-4 201,08	-293 704,57	0,00	924 269,49
0,00	0,00	0,00	-11 214,96	-323 267,76	0,00	880 857,19
0,00	0,00	0,00	-9 954,17	-308 686,64	0,00	829 006,48
0,00	0,00	0,00	-5 102,64	-500 786,57	0,00	1 232 961,67
0,00	0,00	0,00	-3 282,24	-301 885,51	0,00	781 581,32
0,00	0,00	0,00	-6 867,48	-559 952,59	0,00	1 737 052,28
0,00	0,00	0,00	-11 769,24	-975 066,38	0,00	2 984 688,69
0,00	0,00	0,00	-24 266,79	-830 996,76	0,00	2 725 664,79
0,00	0,00	0,00	-175 474,61	-15 898 263,96	0,00	33 064 117,38

■ 6.2. Valorização das propriedades (continuação)

		1 de Janeiro	de 2016			
N° Imóvel	Valor de aquisição ou reavaliado	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido	Valorização por obras	Obras em Curso 31/12/2016
1	3 111 996,84	-1 010 151,39	0,00	2 101 845,45	0,00	0,00
2	760 300,50	-304 349,48	0,00	455 951,02	0,00	0,00
3	419 944,82	-167 841,75	0,00	252 103,07	0,00	0,00
4	870 676,94	-350 671,31	0,00	520 005,63	0,00	0,00
5	2 370 310,67	-1 030 485,64	0,00	1 339 825,03	0,00	0,00
6	2 116 368,01	-875 738,42	0,00	1 240 629,59	0,00	0,00
7	1 225 293,92	-531 649,43	0,00	693 644,49	0,00	0,00
8	386 363,51	-164 453,84	0,00	221 909,67	0,00	0,00
9	682 983,60	-299 855,98	0,00	383 127,62	0,00	0,00
10	2 029 278,09	-589 004,14	0,00	1 440 273,95	0,00	0,00
11	1 229 428,20	-361 042,59	0,00	868 385,61	0,00	0,00
12	646 391,70	-238 090,02	0,00	408 301,68	0,00	0,00
13	290 567,96	-97 338,93	0,00	193 229,03	0,00	0,00
14	294 757,19	-99 244,44	0,00	195 512,75	0,00	0,00
15	1 435 194,28	-571 754,20	0,00	863 440,08	0,00	0,00
16	951 518,53	-312 722,65	0,00	638 795,88	0,00	0,00
17	1 094 703,63	-346 208,18	0,00	748 495,45	0,00	0,00
18	571 869,64	-222 515,10	0,00	349 354,54	0,00	0,00
19	626 584,69	-258 493,58	0,00	368 091,11	0,00	101 057,11
20	519 044,36	-211 568,80	0,00	307 475,56	44 942,77	0,00
21	797 557,49	-278 364,06	0,00	519 193,43	0,00	0,00
22	804 877,00	-211 249,38	0,00	593 627,62	0,00	37 096,80
23	1 251 931,87	-460 949,52	0,00	790 982,35	0,00	0,00
24	786 314,51	-290 762,50	0,00	495 552,01	45 992,85	0,00
25	1 450 805,77	-567 285,71	0,00	883 520,06	0,00	0,00
26	666 916,83	-243 513,36	0,00	423 403,47	0,00	27 205,63
27	497 883,37	-168 011,77	0,00	329 871,60	92 176,77	0,00
28	191 609,76	-78 642,01	0,00	112 967,75	0,00	0,00
29	1 135 494,43	-383 879,80	0,00	751 614,63	-3 949,53	57 181,23
30	2 434 160,13	-802 498,80	0,00	1 631 661,33	0,00	0,00
31	1 120 824,41	-275 580,40	0,00	845 244,01	84 299,49	0,00
32	1 217 974,06	-293 704,57	0,00	924 269,49	0,00	0,00
33	1 204 124,95	-323 267,76	0,00	880 857,19	0,00	0,00
34	1 137 693,12	-308 686,64	0,00	829 006,48	0,00	0,00
35	1 733 748,24	-500 786,57	0,00	1 232 961,67	0,00	0,00
36	1 083 466,83	-301 885,51	0,00	781 581,32	0,00	0,00
37	2 297 004,87	-559 952,59	0,00	1 737 052,28	0,00	0,00
38	3 959 755,07	-975 066,38	0,00	2 984 688,69	0,00	0,00
39	3 556 661,55	-830 996,76	0,00	2 725 664,79	153 785,02	0,00
	48 962 381,34	-15 898 263,96	0,00	33 064 117,38	417 247,37	222 540,77

Exercício 2	016					
Execedentes de revalorização	Perdas por imparidade do exercício	Trans- ferências	Depreciação do exercício	Depreciação Acumulada	Perdas por imparidade acumuladas	Valor Líquido em 31/12/2016
0,00	0,00	0,00	-10 282,56	-1 020 433,95	0,00	2 091 562,89
0,00	0,00	0,00	-1 708,80	-306 058,28	0,00	454 242,22
0,00	0,00	0,00	-944,22	-168 785,97	0,00	251 158,85
0,00	0,00	0,00	-1 909,26	-352 580,57	0,00	518 096,37
0,00	0,00	0,00	-4 152,00	-1 034 637,64	0,00	1 335 673,03
0,00	0,00	0,00	-4 271,40	-880 009,82	0,00	1 236 358,19
0,00	0,00	0,00	-2 141,52	-533 790,95	0,00	691 502,97
0,00	0,00	0,00	-696,48	-165 150,32	0,00	221 213,19
0,00	0,00	0,00	-1 110,72	-300 966,70	0,00	382 016,90
0,00	0,00	0,00	-20 365,48	-609 369,62	0,00	1 419 908,47
0,00	0,00	0,00	-4 321,92	-365 364,51	0,00	864 063,69
0,00	0,00	0,00	-5 314,68	-243 404,70	0,00	402 987,00
0,00	0,00	0,00	-859,44	-98 198,37	0,00	192 369,59
0,00	0,00	0,00	-865,26	-100 109,70	0,00	194 647,49
0,00	0,00	0,00	-5 863,29	-577 617,49	0,00	857 576,79
0,00	0,00	0,00	-2 860,44	-315 583,09	0,00	635 935,44
0,00	0,00	0,00	-3 450,84	-349 659,02	0,00	745 044,61
0,00	0,00	0,00	-1 255,20	-223 770,30	0,00	348 099,34
0,00	0,00	0,00	-1 188,12	-259 681,70	0,00	467 960,10
0,00	0,00	0,00	-7 009,40	-218 578,20	0,00	345 408,93
0,00	0,00	0,00	-2 112,84	-280 476,90	0,00	517 080,59
0,00	0,00	0,00	-2 956,62	-214 206,00	0,00	627 767,80
0,00	0,00	0,00	-8 468,04	-469 417,56	0,00	782 514,31
0,00	0,00	0,00	-2 995,80	-293 758,30	0,00	538 549,06
0,00	0,00	0,00	-3 005,16	-570 290,87	0,00	880 514,90
0,00	0,00	0,00	-1 568,52	-245 081,88	0,00	449 040,58
0,00	0,00	0,00	-6 258,27	-174 270,04	0,00	415 790,10
0,00	0,00	0,00	-341,52	-78 983,53	0,00	112 626,23
0,00	0,00	0,00	-2 887,02	-386 766,82	0,00	801 959,31
0,00	0,00	0,00	-6 291,00	-808 789,80	0,00	1 625 370,33
0,00	0,00	0,00	-10 046,92	-285 627,32	0,00	919 496,58
0,00	0,00	0,00	-4 201,08	-297 905,65	0,00	920 068,41
0,00	0,00	0,00	-16 902,78	-340 170,54	0,00	863 954,41
0,00	0,00	0,00	-14 845,93	-323 532,57	0,00	814 160,55
0,00	0,00	0,00	-5 102,64	-505 889,21	0,00	1 227 859,03
0,00	0,00	0,00	-3 282,24	-305 167,75	0,00	778 299,08
0,00	0,00	0,00	-6 867,48	-566 820,07	0,00	1 730 184,80
0,00	0,00	0,00	-11 769,24	-986 835,62	0,00	2 972 919,45
0,00	0,00	0,00	-50 409,45	-881 406,21	0,00	2 829 040,36
0,00	0,00	0,00	-240 883,58	-16 139 147,54	0,00	33 463 021,94

Durante o exercício de 2016 foram realizados, relativos às propriedades de investimento, excedentes de revalorização anteriores a 2009 e refletidos em Resultados transitados no montante de 104 407.10 euros.

■ 7. DIVULGAÇÃO DE VALORES DE AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Os imóveis foram avaliados por perito avaliador. Para efeitos de avaliação foi utilizado como critério de cálculo, o preço por metro quadrado de reconstrução, tendo para 2016 sido utilizado o valor divulgado pela Associação Portuguesa dos Peritos Avaliadores de Engenharia (APAE) e para 2015 o estabelecido na Portaria n.º 353/2013.

Utilizando estes critérios, os valores dos imóveis ascendem, em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, aos seguintes valores:

		ÁDEA		ORIZAÇÃO /12/2016	VALC 31/	ORIZAÇÃO 12/2015
N°	CARACTERIZAÇÃO	ÁREA TOTAL (m²)	VALOR UNI- TÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)	VALOR UNI- TÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)
1	Rua Nova da Trindade, 1/1 D e Largo do Chiado, 16/23	4 440,00	799,86	3 551 378,40	801,06	3 556 706,40
2	Rua dos Correeiros, 8/20	1 350,00	799,86	1 079 811,00	801,06	1 081 431,00
3	Praça D.Pedro IV, 45/50 e Rua 1º de Dezembro, 66/76	2 190,00	799,86	1 751 693,40	801,06	1 754 321,40
4	Rua D. Pedro V, 53/57 e Rua da Rosa 254/266	2 468,00	799,86	1 974 054,48	801,06	1 977 016,08
5	Av. da Liberdade , 1/7 e Rua da Glória, 2 A	3 275,00	799,86	2 619 541,50	801,06	2 623 471,50
6	Av. Duque de Loulé, 93/95 B	4 498,00	799,86	3 597 770,28	801,06	3 603 167,88
7	Rua 1º de Dezembro, 55/65 e Calçada do Carmo, 13/17	3 008,00	799,86	2 405 978,88	801,06	2 409 588,48
8	Rua de Macau, 12/12 A	809,00	799,86	647 086,74	801,06	648 057,54
9	Rua do Forno do Tijolo, 10/10 A	1 750,00	799,86	1 399 755,00	801,06	1 401 855,00
10	Rua Sampaio Pina, 2/14 e Rua Castilho, 175/183	3 059,00	799,86	2 446 771,74	801,06	2 450 442,54
11	Av. Almirante Reis, 250/250 A	2 319,00	799,86	1 854 875,34	801,06	1 857 658,14
12	Rua Coelho da Rocha, 122	936,00	799,86	748 668,96	801,06	749 792,16
13	Rua Augusto José Vieira, 26	640,00	799,86	511 910,40	801,06	512 678,40
14	Rua Augusto José Vieira, 28	640,00	799,86	511 910,40	801,06	512 678,40
15	Av. Defensores de Chaves, 36	2 420,00	799,86	1 935 661,20	801,06	1 938 565,20
16	Av. de Berna, 27/27-A e 27-B	1 355,00	799,86	1 083 810,30	801,06	1 085 436,30

(continuação)

	inuação)	ÁDFA		ORIZAÇÃO /12/2016	VALORIZAÇÃO 31/12/2015		
N°	Caracterização	ÁREA TOTAL (m²)	VALOR UNI- TÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)	VALOR UNI- TÁRIO (€/m²)	VALOR DA AVALIAÇÃO (€)	
17	Rua das Praças, 13 B/13 C	3 636,00	799,86	2 908 290,96	801,06	2 912 654,16	
18	Av. Almirante Reis, 225/225 B	1 104,00	799,86	883 045,44	801,06	884 370,24	
19	Av. Visconde Valmor, 75/75 B	1 230,00	799,86	983 827,80	801,06	985 303,80	
20	Travessa do Sequeiro, 4/4 B	561,00	799,86	448 721,46	801,06	449 394,66	
21	Rua Capitão Renato Baptista, 27/27 A	675,00	799,86	539 905,50	801,06	540 715,50	
22	Calçada da Palma de Baixo, 9	1 300,00	799,86	1 039 818,00	801,06	1 041 378,00	
23	Rua D. João V, 14/14 A	1 428,00	799,86	1 142 200,08	801,06	1 143 913,68	
24	Rua Braamcamp Freire, 36/36 A e Rua David Lopes, 14	1 000,00	799,86	799 860,00	801,06	801 060,00	
25	Rua Tenente Espanca, 26/26 C	1 170,00	799,86	935 836,20	801,06	937 240,20	
26	Rua Luís Augusto Palmeirim, 6/6 E	1 268,00	799,86	1 014 222,48	801,06	1 015 744,08	
27	Rua José de d'Esaguy, 10/10 D	984,00	799,86	787 062,24	801,06	788 243,04	
28	Estrada da Alagoa, 476 Rebelva - Carcavelos	1 200,00	799,86	959 832,00	801,06	961 272,00	
29	Rua Vitor Córdon, 8/12	1 760,00	799,86	1 407 753,60	801,06	1 409 865,60	
30	Rua D. Estefânia, 195/195 D	3 500,00	799,86	2 799 510,00	801,06	2 803 710,00	
31	Av. Estados Unidos da América, 52/52 A	1 860,00	799,86	1 487 739,60	801,06	1 489 971,60	
32	Av. Estados Unidos da América, 113/113 A	2 070,00	799,86	1 655 710,20	801,06	1 658 194,20	
33	Av. Estados Unidos da América, 40/40 A	2 800,00	799,86	2 239 608,00	801,06	2 242 968,00	
34	Av. Estados Unidos da América, 38/38 A	2 760,00	799,86	2 207 613,60	801,06	2 210 925,60	
35	Av. Estados Unidos da América, 130/130 A	4 927,00	799,86	3 940 910,22	801,06	3 946 822,62	
36	Av. Estados Unidos da América, 123	2 550,00	799,86	2 039 643,00	801,06	2 042 703,00	
37	Alameda Santo António dos Capuchos, 4/4 C	2 215,00	799,86	1 771 689,90	801,06	1 774 347,90	
38	Rua Ferreira Lapa, 29/29 B e Rua Conde Redondo, 18	2 850,00	799,86	2 279 601,00	801,06	2 283 021,00	
39	Av. EUA, 63 e Rua Coronel Bento Roma, 18/18 B	3 432,00	799,86	2 745 119,52	801,06	2 749 237,92	
_	Centro de Férias, Foz do Arelho - Ed.8	410,00	699,19	286 667,90	700,24	287 098,40	
_	Centro de Férias, Foz do Arelho - Ed.9	410,00	699,19	286 667,90	700,24	287 098,40	
	TOTAL	82 257,00		65 711 534,62		65 810 120,02	

■ 8. IMPARIDADE DE ACTIVOS

	Perdas	Perdas do	Exercício	Reversões do	Exercício	Utilização Ajus-	Perdas	
	Acumuladas Início Ano	Em Gastos	No Capital Próprio	Em Rendimentos	No Capital Próprio	tamentos Constituídos	Acumuladas Final Ano	
Em 2015:								
Empréstimos a Sócios	87 428,04	0,00	0,00	28 436,10	0,00	39 911,00	19 080,94	
Dívidas de Inquilinos	211 799,83	41 246,84	0,00	22 996,61	0,00	7 101,19	222 948,87	
Investimentos Financeiros(1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedades Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em 2016:								
Empréstimos a Sócios	19 080,94	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	19 080,94	
Dívidas de Inquilinos	222 948,87	26 206,16	0,00	8 250,76	0,00	0,00	240 904,27	
Investimentos Financeiros(1)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Propriedades Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativos Fixos Tangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

⁽¹⁾ Ver nota 2

■ 9. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ACTIVOS CONTINGENTES

■ 9.1. Provisões específicas

Modalidades	2015	2016	Variação	Utiliz. de reservas	Rateio de 2015	Reforço/ Dim. 2016
Subsídios por Morte	5 361 474,18	5 409 953,91	48 479,73	0,00	68 980,42	-20 500,69
Rendas Vitalīcias	149 903,12	152 540,10	2 636,98	2 007,18	8 494,53	-3 850,37
Novas Modalidades						
Seguro de Vida Inteira	82 309,00	90 232,91	7 923,91	0,00	0,00	7 923,91
Seguro de Pensões Reforma	126744,37	138 813,98	12 069,61	0,00	0,00	12 069,61
Seguro de Reforma	498 935,77	527 093,43	28 157,66	0,00	0,00	28 157,66
Seguro de Prosseguimento de Estudos	13 278,49	11 690,96	-1 587,53	0,00	0,00	-1 587,53
Seguro de Maioridade	16 923,23	16 594,61	-328,62	0,00	0,00	-328,62
Seguro de Lazer	465 714,09	527 440,26	61 726,17	0,00	0,00	61 726,17
Capitais Diferidos com Opção	2 541,26	2 369,90	-171,36	0,00	0,00	-171,36
Melhorias - Novas Modalidades						
Seguro de Vida Inteira	3 629,60	4 843,05	1 213,45	0,00	1 105,68	107,77
Pensões de Reforma	4 678,23	6274,76	1 596,53	0,00	1 690,87	-94,34
Seguro de Reforma	12 009,23	16 697,38	4 688,15	0,00	6573,79	-1 885,64
Seguro Prosseguimento de Estudos	589,42	613,33	23,91	0,00	178,43	-154,52
Seguro de Maioridade	573,86	771,71	197,85	0,00	225,12	-27,27
Seguro de Lazer	12 882,07	19 679,46	6 797,39	0,00	6 157,59	639,80
Capitais Diferidos com Opção	54,60	78,03	23,43	0,00	33,40	-9,97
Total	6 752 240,52	6 925 687,78	173 447,26	2 007,18	93 439,83	82 014,61

Ver nota 3. 4.

Os movimentos relativos a estas provisões são reconhecidos na rubrica "Provisões específicas do sector" na subrubrica "Provisões Matemáticas para Encargos com Modalidades dos Associados".

O rateio de 2015 corresponde à imputação a cada modalidade do valor correspondente dos resultados do exercício de 2015, conforme deliberação da Assembleia Geral de aprovação de contas.

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 as provisões específicas foram calculadas e certificadas por Atuário independente de acordo com as seguintes bases técnicas: Subsídio por Morte (antigo): HM - 3%

Rendas Vitalícias: CR - 3.5% ou CR - 3% (3.5% nas mais antigas e 3% nas mais modernas)

Modalidades introduzidas em 2002, incluindo Pensões de Reforma (modalidade desativada em 2008): PM60G - 4%

Capitais Diferidos com Opção: PP79/82 - 3%.

■ 9.2. Outras provisões

Tal como já sucedia em 31/12/2015, em 31/12/2016 a CPME não tinha processos judiciais em curso em que se justificasse a constituição de provisões.

■ 10. IMPOSTOS E OUTRAS CONTRIBUIÇÕES A PAGAR AO ESTADO

■ 10.1. Discriminação de valores em dívida

	31/12	/2016	31/12	/2015
	Total em dívida	Dívidas em atraso	Total em dívida	Dívidas em atraso
Retenções de IRS				
Trabalho dependente	4 043,00	0,00	3 799,00	0,00
Trabalho independente	1 109,80	0,00	1 430,80	0,00
	5 152,80	0,00	5 229,80	0,00
Contribuições Segurança Social				
Centro Regional Seg. Social Lisboa e Vale do Tejo	10 079,27	0,00	10 579,03	0,00
	10 079,27	0,00	10 579,03	0,00
Outras Tributações				
Imposto de Selo Liquidado	0,00	0,00	0,00	0,00
Fundos de Compensação Trabalho	1,59	0,00	6,83	0,00
	1,59	0,00	6,83	0,00
Totais	15 233,66	0,00	15 815,66	0,00

■ 10.2. Imposto sobre o rendimento

A CPME beneficia de isenções fiscais, resultantes principalmente do art.º 25º do seu estatuto, sem prejuízo das isenções específicas, objetiva e subjetivamente, previstas na legislação própria de cada imposto, sendo o imposto sobre o rendimento abrangido pelo âmbito destas isenções.

■ 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

■ 11.1. Títulos da Dívida Pública

A CPME detém como outro ativo financeiro, Títulos da Dívida Pública que são valorizados ao justo valor. No final de cada exercício, conforme cotação oficial à data de 31 de dezembro, é verificado se existe diferença entre o valor escriturado e o seu justo valor. O justo valor é ajustado por contrapartida de gastos ou rendimentos do exercício, caso se trate do aumento do justo valor ou de uma diminuição, respetivamente.

Os valores dos Títulos da Dívida Pública existentes em 31 de dezembro de 2016, bem como a sua cotação encontram-se inscritos no quadro seguinte:

MAPA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA

Banco	Natureza	N° dos Certificados	Ano de Aquisição	Quant.	V. Nominal Unitário	Montante Valor Nominal
CGD	Consolidado 4% - 1940	702	1940	675	9,98	6 733,77
CGD	Consolidado 3% - 1942	233	1943	13 573	4,99	67 701,84
	TOTAL					74 435,61

(continuação)

Natureza	Valor	r de Compra	Val	or de Cota 31/12/20	•	Mais e Menos	Valor de C	Cotação em 3	31/12/2016	Mais e Menos	Ajustam. Justo Valor em
Natureza	Preço Médio	Valor Total	Preço %	V. Nominal	Valor Total	Valias	Preço % V. Nomir		Valor Total	Valias	31/12/2016
Consolidado 4% - 1940	8.43	5 692,87	88,00%	8,78	5 925,72	232,85	88,00%	8,78	5 925,72	232,85	0,00
Consolidado 3% - 1942	4,96	67 356,59	73,00%	3,64	49 422,34	-17 934,25	76,00%	3,79	51 453,40	-15 903,19	-2 031,06
TOTAL		73 049,46			55 348,06	-17 701,40			57 379,12	-15 670,34	-2 031,06

■ 11.2. Obrigações

A CPME detém obrigações cuja valorização segue o mesmo critério expresso para os Títulos da Dívida Pública e que está expresso na nota 11.1. Os valores das obrigações em 31 de dezembro de 2016 estão inscritos no quadro seguinte:

MAPA DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS - OBRIGAÇÕES (BANCO BPI)

	Quanti-	V.Nominal	Montante	Data de	Valor de	Maturi-	Saldo Ajustamentos	Ajustamentos valor em 2016		Saldo Ajustamentos	Valor de
Designação	dade	Unitário	ao Valor Nominal	Compra	Compra	dade	de valor efetuados em 01/01/2016	Aumentos	Reduções	de valor efetuados em 31/12/2016	Cotação em 31/12/2016
BIAL TV 2019	5,00	10 000,00	50 000,00	02/02/2015	50 754,40	10/07/2019	553,38	0,00	170,10	383,28	51 137,68
IMPRESA SGPS TV	3,00	50 000,00	150 000,00	02/02/2015	152 056,56	12/11/2018	-1 094,15	0,00	439,53	-1 533,68	150 522,88
JOSE SAUDE 2019	10,00	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	102 373,26	09/06/2019	-515,12	0,00	704,50	-1 219,62	101 153,64
MEDIA CAP.14-19	10,00	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	100 571,35	14/07/2019	805,31	0,00	5 089,22	-4 283,91	96 287,44
MOTA E.SA-5.5%	15,00	10 000,00	150 000,00	02/02/2015	158 175,91	22/04/2019	-5 520,91	0,00	7 141,50	-12 662,41	145 513,50
PARPUB-3.567% 20	150,00	1 000,00	150 000,00	02/02/2015	158 081,16	22/09/2020	591,40	0,00	1 359,17	-767,77	157 313,39
SAUDACOR-TV-2017	10,00	10 000,00	100 000,00	02/02/2015	100 008,63	03/07/2017	1 595,11	0,00	210,18	1 384,93	101 393,56
SEMAPA 2014/2019	150,00	1 000,00	150 000,00	02/02/2015	157 401,32	17/04/2019	-2 899,67	0,00	450,44	-3 350,11	154 051,21
TOTAIS			950 000,00		979 422,59		-6 484,65	0,00	15 564,64	-22 049,29	957 373,30

■ 11.3. Empréstimos aos sócios

Os empréstimos aos sócios concedidos ao abrigo do normativo da CPME, nomeadamente o seu Estatuto, regulamento Estatutário e Normas Internas são destinados a:

- Compra ou construção de casa própria,
- Obras em casa própria,
- Apoio à família (compreende os empréstimos para cuidados de saúde, aquisição de equipamento educativo e profissional e bolsas de estudo)

Os juros aplicáveis a cada um destes tipos de empréstimos são deliberados pelo Conselho de Administração, sendo as respetivas taxas e condições específicas inscritas nos regulamentos de cada modalidade de empréstimo. As taxas de juro poderão ser alteradas tendo em conta as condições de mercado e a sua evolução.

Durante o exercício de 2016 os juros praticados variaram entre os 5% para os empréstimos de apoio à família e os 5,5% para os empréstimos relativos a construção, compra e obras em habitações permanentes e os 6% para não permanentes. As taxas não são indexadas e sobre elas não acresce qualquer spread.

Os empréstimos aos sócios são valorizados ao custo amortizado, sendo que em 31 de dezembro de 2016 os montantes reconhecidos não incluem qualquer efeito de desconto de juros, dado que as taxas aplicadas estão alinhadas com o mercado, tal como referido na Nota 3.9.3.

■ 11.4. Discriminação de outros instrumentos financeiros

	31/12/2016			31/12/2015			
Custo/custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida es- criturada		Custo/custo amortizado	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia líquida es- criturada	
25 291,15	19 080,94	6 210,21		24 701,32	19 080,94	5 620,38	
266 961,81	240 904,27	26 057,54		253 089,40	222 948,87	30 140,53	
292 252,96	259 985,21	32 267,75		277 790,72	242 029,81	35 760,91	
			-				
194 573,91	0,00	194 573,91		142 421,04	0,00	142 421,04	
153 743,11	0,00	153 743,11		121 998,51	0,00	121 998,51	
87 559,86	0,00	87 559,86		89 190,26	0,00	89 190,26	
80 250,00	0,00	80 250,00		68 325,00	0,00	68 325,00	
6 072,50	0,00	6 072,50		4 656,06	0,00	4 656,06	
1 385,98	0,00	1 385,98		162 192,80	0,00	162 192,80	
175 268,34	0,00	175 268,34		324 364,12	0,00	324 364,12	
523 585,36	0,00	523 585,36		588 783,67	0,00	588 783,67	
	25 291,15 266 961,81 292 252,96 194 573,91 153 743,11 87 559,86 80 250,00 6 072,50 1 385,98 175 268,34	Custo/custo amortizado Perdas por imparidade acumuladas 25 291,15 19 080,94 266 961,81 240 904,27 292 252,96 259 985,21 194 573,91 0,00 153 743,11 0,00 87 559,86 0,00 80 250,00 0,00 6 072,50 0,00 1 385,98 0,00 175 268,34 0,00	Custo/custo amortizado Perdas por imparidade acumuladas Quantia líquida escriturada 25 291,15 19 080,94 6 210,21 266 961,81 240 904,27 26 057,54 292 252,96 259 985,21 32 267,75 194 573,91 0,00 194 573,91 153 743,11 0,00 153 743,11 87 559,86 0,00 87 559,86 80 250,00 0,00 80 250,00 6 072,50 0,00 6 072,50 1 385,98 0,00 1 385,98 175 268,34 0,00 175 268,34	Custo/custo amortizado Perdas por imparidade acumuladas Quantia líquida escriturada 25 291,15 19 080,94 6 210,21 266 961,81 240 904,27 26 057,54 292 252,96 259 985,21 32 267,75 194 573,91 0,00 194 573,91 153 743,11 0,00 153 743,11 87 559,86 0,00 87 559,86 80 250,00 0,00 80 250,00 6 072,50 0,00 6 072,50 1 385,98 0,00 1 75 268,34 175 268,34 0,00 175 268,34	Custo/custo amortizado Perdas por imparidade acumuladas Ouantia líquida escriturada Custo/custo amortizado 25 291,15 19 080,94 6 210,21 24 701,32 266 961,81 240 904,27 26 057,54 253 089,40 292 252,96 259 985,21 32 267,75 277 790,72 194 573,91 0,00 194 573,91 142 421,04 153 743,11 0,00 153 743,11 121 998,51 87 559,86 0,00 87 559,86 89 190,26 80 250,00 0,00 80 250,00 68 325,00 6 072,50 0,00 6 072,50 4 656,06 1 385,98 0,00 1 385,98 162 192,80 175 268,34 0,00 175 268,34 324 364,12	Custo/custo amortizado Perdas por imparidade acumuladas Custo/custo líquida escriturada Custo/custo amortizado Perdas por imparidade acumuladas 25 291,15 19 080,94 6 210,21 24 701,32 19 080,94 266 961,81 240 904,27 26 057,54 253 089,40 222 948,87 292 252,96 259 985,21 32 267,75 277 790,72 242 029,81 194 573,91 0,00 194 573,91 142 421,04 0,00 153 743,11 0,00 153 743,11 121 998,51 0,00 87 559,86 0,00 87 559,86 89 190,26 0,00 80 250,00 0,00 80 250,00 68 325,00 0,00 6 072,50 0,00 6 072,50 4 656,06 0,00 1 385,98 0,00 1 385,98 162 192,80 0,00 175 268,34 0,00 175 268,34 324 364,12 0,00	

■ 11.5. Riscos relativos a instrumentos financeiros

Da análise dos riscos relativos a instrumentos financeiros, nomeadamente os riscos de crédito e de liquidez, chega-se à conclusão que estes não são materialmente relevantes, uma vez que não existem dívidas em mora relativamente às quais não haja a expectativa de recebimento no exercício seguinte e todas as imparidades calculadas refletem a totalidade dos créditos sobre os quais incidem.

Relativamente à análise de risco efetuada sobressaem os valores de empréstimos concedidos a sócios para aquisição de habitação ou para obras, discriminando-se abaixo os processos em curso relativos a estes tipos de empréstimos à data de 31/12/2016:

N°.de ordem	Garantia do Empréstimo	Avalição do Imóvel €	Valor do Empréstimo €	Prazo do Empréstimo (anos)	Início do Empréstimo Data/Escritura	Início do Empréstimo 1 ª Prestação
1	Hipoteca	130.000,00	15.000,00	13	12/10/2004	01/03/2005
2	Hipoteca	91.300,00	70.000,00	15	09/12/2010	21/12/2011
3	Hipoteca	65.841,32	39.903,83	20	24/01/1996	25/11/1997
4	Hipoteca	72.425,45	29.927,87	20	24/01/1996	27/01/1998
5	Hipoteca	47.545,41	39.903,83	20	28/05/1998	28/05/1998
6	Hipoteca	99.759,57	34.915,85	20	16/11/2001	01/12/2001
7	Hipoteca	178 687,86	165 000,00	20	06/12/2012	06/12/2012

■ 12. ÓRGÃOS SOCIAIS

■ 12.1. Composição dos órgãos sociais

Os órgãos sociais da CPME são compostos pela Mesa da Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal. A composição destes órgãos é a seguinte:

a) Mesa da Assembleia Geral

Um Presidente, dois Secretários Efetivos e dois Secretários Suplentes.

b) Conselho de Administração

Um Presidente, um Vice-Presidente, um Administrador Delegado, um Administrador Delegado Substituto, um Vogal Secretário e dois Vogais Suplentes.

c) Conselho Fiscal

Um Presidente, dois Vogais Efetivos e dois Vogais Suplentes.

Durante o exercício de 2016 nenhum membro dos órgãos sociais auferiu qualquer remuneração.

■ 13. OUTRAS INFORMAÇÕES

■ 13.1. Pessoal

Pessoal	31/12/2015	Entradas	Saídas	31/12/2016
Funcionários	22	0	2	20
Avençados	5	0	1	4
Porteiras	22	1	2	21

■ 13.2. Discriminação de valores das principais rubricas de balanço

■ 13.2.1. Desagregação de valores do exercício

		2016	2015
Activos fixos tangiveis:			
Edifícios e Outras Construções		1 849 082,00	1 864 519,64
Equipamento Administrativo - Móveis e Utensílios		16 305,99	19 337,21
Equipamento Administrativo - Material Informático		48 822,01	78 107,34
Equipamento Administrativo - Material Cozinha e Refeitório		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
	Totais	1 914 210,00	1 961 964,19

	2016	2015
Propriedades de investimento:		
Terrenos (25%)	9 281 383,89	9 281 383,89
Edifícios e Outras Construções (75%)	13 224 075,07	13 224 075,07
Edifícios e Outras Construções (Reparações)	10 957 562,98	10 558 658,42
Totais	33 463 021,94	33 064 117,38
Outros investimentos financeiros (Ativo não corrente):		
Empréstimos sob Hipotecas para Habitação	149 215,58	165 100,57
Empréstimos sob Hipotecas para Obras	51 318,23	56 718,94
Empréstimos de Apoio à Família	924,67	3 108,48
Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
Empréstimos sobre Quotas Pagas	960,01	2 498,36
Fundo Compensação Trabalho(FCT)	2,94	98,17
Totais	202 421,43	227 524,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/me	mbros (Ativo):	
Sócios - Quotas Novas Modalidades	1 490,74	1 356,06
Sócios - Quotas e Jóias por Cobrar	2 656,17	2 667,65
Sócios - Conta Corrente	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos Habitação Vencidas	1 552,61	1 596,67
Sócios - Prestações de Empréstimos Obras Vencidas	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos Apoio à Família	166,73	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
Sócios - Prestações de Empréstimos sobre Quotas Pagas	343,96	0,00
Sócios - Cobrança Duvidosa	0,00	0,00
Totais	6 210,21	5 620,38
Outras contas a receber:		
Rendas de Imóveis por Cobrar	8 717,26	5 793,95
Devedores Duvidosos - Processos de Rendas de Inquilinos	0,00	0,00
Acréscimos de Gastos	9 826,29	18 261,36
Outras	7 513,99	6 085,22
Totais	26 057,54	30 140,53
Outros activos financeiros (Ativo Corrente):		
Empréstimos sob Hipotecas para Habitação	15 884,99	15 805,54
Empréstimos sob Hipotecas para Obras	5 400,71	4 992,25
Empréstimos de Apoio à Família	2 183,81	3 365,24
	,	,
Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00
Empréstimos sobre Quotas Pagas	4 177,94	2 356,93
Obrigações	957 373,30	972 937,94
Títulos da Dívida Pública (1)	57 379,12	55 348,06
Totais	1 042 399,87	1 054 805,96

	2016	2015
Reservas:		
Reservas legais	2 112 477,94	1 874 631,08
Reserva para Assistência Social	294 323,80	294 323,80
Reserva Extraordinária	3 011 058,84	2 751 975,65
Reserva Extraordinária para Beneficiação de Imóveis	2 134 955,48	1 875 872,29
Tot	ais 7 552 816,06	6 796 802,82
Provisões específicas:		
Subsídios por Morte	5 409 953,91	5 361 474,18
Rendas Vitalīcias	152 540,10	149 903,12
Seguro de Vida Inteira	95 075,96	85 938,60
Pensões de Reforma - Formação	122 321,32	108 120,97
Pensões de Reforma - Curso	22 767,42	23 301,63
Seguro de Reforma	543 790,81	510 945,00
Seguro de Prosseguimento de Estudos - Formação	1 518,29	8 549,38
Seguro de Prosseguimento de Estudos - Curso	10 786,00	5 318,53
Seguro de Maioridade	17 366,32	17 497,09
Seguro de Lazer	547 119,72	478 596,16
Capitais Diferidos com Opção	2 447,93	2 595,86
Tot	ais 6 925 687,78	6 752 240,52
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados	s/membros (Passivo):	
Sócios - Novas Modalidades	2 148,05	3 031,87
Sócios - Quotas e Jóias Antecipadas	4 759,15	4 732,14
Sócios - Conta Corrente	31,73	44,43
Sócios - Prestações de Empréstimos Apoio à Família	0,33	0,33
Subsídios por Morte	140 276,18	106 865,55
Rendas Vitalīcias	6 527,67	7 324,19
Tot	ais 153 743,11	121 998,51

(1) Ver nota 2

■ 13.2.2. Acréscimos e diferimentos

■ 13.2.2.1. Acréscimos de gastos e de rendimentos

	2016	2015		2016	2015
Acréscimos de Rendimentos:			Acréscimos de Gastos:		
Juros Depósitos a Prazo	1 993,15	10 983,75	Encargos Férias 2016 a gozar em 2017	77 910,72	80 114,92
Juros Títulos da Dívida Pública	446,40	127,67	Eletricidade	392,27	2 152,41
Juros Obrigações	6 836,74	7 149,94	Comissões Bancárias	75,86	16,17
Conservação de Imóveis	550,00	0,00	Honorários Auditoria	6 027,00	6 150,00
			Água	190,62	71,18
			Telefones/Fax/Internet	1 199,35	685,58
			Serviços de Limpeza	1 764,04	0,00
Total	9 826.29	18 261.36	Total	87 559.86	89 190.26

■ 13.2.2.2. Diferimentos

	2016	2015		2016	2015
Rendimentos Diferidos:			Gastos Diferidos:		
Liberação Quotas	6 601,34	8 332,95	Serviços informáticos	376,22	833,62
Rendas 2017 vencidas em 2016	252 368,97	235 761,19	Serviços de desinfestação	239,19	206,79
Bónus Preferência Arrendamento	26 388,70	29 722,06	Vigilância e Segurança	0,00	123,00
			Manutenção Elevadores	63,54	62,48
			Seguro Incêndio	3 460,57	825,22
			Seguro Acidentes Trabalho	819,07	1 252,71
			Seguro Multirriscos	120,28	103,03
			Seguro Elevadores	14,59	14,63
			Tickets de refeição	2 090,88	1 139,82
			Serviços Medicina Trabalho	1 504,58	1 686,68
			Serviços Assistência Equipamentos	673,52	0,00
Total	285 359,01	273 816,20	Total	9 362,44	6 247,98

■ 13.2.3. Retenções para garantia de obras realizadas

	31/12/20	016	31/12/20	015
	Valor Faturado	Retenções Garantia	Valor Faturado	Retenções Garantia
Em Prédios Investimento	2 517 308,57	168 307,81	2 059 475,76	119 025,57
Em Prédios Ativo Fixo Tangível	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2 517 308,57	168 307,81	2 059 475,76	119 025,57

■ 13.3. Discriminação de valores das principais rubricas da demonstração de resultados por natureza

■ 13.3.1. Fornecimentos e serviços externos

Contas ESNL	GASTOS	2016	2015
62	Fornecimentos e Serviços Externos		
621101	Empreitada Geral de Construção	0,00	0,00
621102	Trabalhos de Eletricidade	24 222,38	38 388,61
621103	Trabalhos de Canalizações e Esgotos	98 387,53	122 787,27
621104	Trabalhos de Pinturas	0,00	553,50
621105	Trabalhos de Carpintarias	9 735,45	11 889,81
621106	Trabalhos de Caixilharia	37 707,35	55 330,02
621107	Trabalhos de Pavimentação	9 213,07	26 230,19
621108	Trabalhos Impermeabilização	23 800,50	70 371,37
621109	Trabalhos de Construção Civil	39 806,61	56 443,61
621110	Outras Despesas de Conservação	21 849,10	14 138,00
6221	Trabalhos especializados	82 444,77	134 089,92
6222	Publicidade e propaganda	6 333,28	36 199,03
6223	Vigilância e segurança	21 431,83	1 189,14
6224	Honorários	1 195,20	212,00
62261	Manutenção de Elevadores	67 799,61	91 078,82
62262	Conservação Manutenção Centro Férias	0,00	0,00
62263	Outros	10 177,17	12 704,71
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	485,60	1 078,42
6232	Livros e documentação técnica	1 196,44	7,00
6233	Material de escritório	26 405,41	25 800,29
6234	Artigos para oferta	0,00	610,00
6238	Outros	56,58	0,00
6241	Eletricidade	31 196,56	34 277,89
6242	Combustíveis	0,00	0,00
6243	Água	7 460,86	6 727,62
6251	Deslocações e estadas	3 569,22	7 081,79
6252	Transportes de pessoal	1 120,35	1 513,78
6253	Transportes de Mercadorias	0,00	0,00
62611	Locação de Edifícios	0,00	0,00
62612	Locação de Outros Bens	25 489,54	35 381,28
6262	Comunicação	40 057,51	38 874,15
6263	Seguros	36 81 6,40	22 101,42
6265	Contencioso e notariado	143,94	125,28
6267	Limpeza, higiene e conforto	68 861,69	53 288,48
6268	Outros serviços	10 539,85	22 081,03
	Total	707 503,80	920 554,43

■ 13.3.2. Gastos com o pessoal

Contas ESNL	GASTOS	2016	2015
63	Gastos com o Pessoal		
63193	Transportes	0,00	0,00
63194	Alimentação e Alojamento	0,00	0,00
63211	Pessoal Além dos Quadros	0,00	0,00
63212	Pessoal em Reg. de Tarefa ou Avença	71 430,72	88 803,24
63213	Pessoal do Quadro Privativo	278 762,89	276 738,58
63214	Subsídio de Refeição	32 749,86	35 457,84
63215	Subsídio de Férias e Natal	67 023,75	69 396,32
63216	Horas Extraordinárias	1 350,09	2 986,98
63217	Outros Abonos em Num. ou Espécie	2 845,71	2 850,92
63218	Pessoal Auxiliar e Porteiras	84 165,79	88 990,77
63220	Pessoal Contratado a Termo Certo	5 907,48	8 197,56
63221	Prestações Complementares	0,00	0,00
63222	Horas Extraord.ls.Hor.Trb-art.265CT	13 014,23	9 670,77
63223	Complemento de Doença	709,74	400,81
6351	Encargos s/ Remun Seg.Social	102 659,77	105 332,78
6352	Encargos s/ Remunerações - CGA	0,00	0,00
6353	Encargos s/ Remunerações - ADSE	0,00	0,00
6354	Encargos s/ Remunerações - FGCT	4,56	6,12
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 058,27	4 460,33
637	Gastos de ação social	11,99	0,00
6381	Cursos de Formação	608,85	1 107,00
6382	Fardamentos	0,00	0,00
6385	Bónus e Prémios	20 751,11	25 309,26
6386	Recrutamento de Pessoal	0,00	0,00
6387	Alimentação	325,99	210,08
6388	Indemnizações Cessação Contrato	0,00	0,00
	Total	687 380,80	719 919,36

■ 13.3.3. Juros e rendimentos similares obtidos

		2016	2015
Juros obtidos			
Depósitos a prazo		26 594,14	42 356,40
Juros de mora e outros		92,30	3 711,84
Títulos da Dívida Pública		2 301,87	2 293,25
Obrigações		37 140,85	43 399,01
	Totais	66 129,16	91 760,50

■ 13.3.4. Vendas e serviços prestados

		2016	2015
Quotizações de associados:			
Subsídio por morte		142 984,02	145 548,79
Novas modalidades de seguros:			
Seguro de Vida Inteira		8 607,48	8 414,18
Pensões de Reforma		8 500,32	9 301,91
Seguro de Reforma		65 943,70	64 623,36
Seguro de Prosseguimento de Estudos		634,00	767,17
Seguro de Maioridade		1 356,43	1 588,23
Seguro de Lazer		68 621,76	66 351,02
Capitais Diferidos com Opção		249,60	249,60
Capital Repartido		0,00	0,00
Capital Duplo		0,00	0,00
Regularização de quotas		0,00	0,00
	Totais	296 897,31	296 844,26

■ 13.3.5. Outros rendimentos e outros gastos

	2016	2015
Outros rendimentos:		
Recuperação de Dívidas a Receber	7 102,40	0,00
Rendimentos e Ganhos Rest. Ativos Financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e Ganhos em Invest. Não Financeiros	2 909 555,85	2 648 755,09
Rendimentos Correntes Relativos a Sócios:		
Recuperação Quotas	15,05	22,57
Rendas Vitalícias Anuladas	1 799,94	1 585,08
Subsídios Anulados	7 900,07	13 909,50
Empréstimos a associados:		
Habitação	0,00	10 422,03
Obras	13 348,73	3 471,59
Equipamento educativo e profissional	0,00	0,00
Cuidados de saúde	0,00	248,33
Bolsas de estudo	0,00	0,78
Sobre reservas matemáticas	0,00	0,00
Sobre quotas pagas	0,00	1,29
Outros	21 500,67	21 360,69
Totais	2 961 222,71	2 699 776,95
Outros gastos:		
Impostos	36 310,45	42 431,23
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Gastos e Perdas em Invest. Não Financeiros	0,00	0,00
Gastos Correntes Relativos a Sócios:	0,00	
Subs. por Morte (Extraordinários)	94 496,14	81 771,09
Subs. por Morte (Ordinários)	74 601,91	42 794,56
Rendas Vitalícias	25 144,36	24 767,68
REHOAS VIIAIICIAS		74 / 0 / 00
Restituição de Quotas	27 385,81	16 382,93
Restituição de Quotas Capital Vencido Seguros	27 385,81 49 281,39	16 382,93 30 254,02
Restituição de Quotas Capital Vencido Seguros Resgates Reservas Matemáticas	27 385,81 49 281,39 794,20	16 382,93 30 254,02 0,00
Restituição de Quotas Capital Vencido Seguros Resgates Reservas Matemáticas Juros nos Termos do Estatuto	27 385,81 49 281,39 794,20 0,00	16 382,93 30 254,02 0,00 0,00
Restituição de Quotas Capital Vencido Seguros Resgates Reservas Matemáticas	27 385,81 49 281,39 794,20	16 382,93 30 254,02 0,00

■ 13.4. Publicação do relatório e contas

Segundo o art.º 20º nº 1 alínea f) compete ao Conselho de Administração promover a publicação na imprensa do relatório e contas da CPME, até oito dias antes da data fixada para a reunião da Assembleia Geral.

Lisboa, 20 de fevereiro 2017

O Administrador Delegado *Alípio Magalhães Fernandes* O Presidente do Conselho de Administração António Manuel Dias Farinha

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Quadro Complementar dos Gastos em 31 de dezembro de 2016

Valores em euros

Contas	CASTOS	2016	2015
ESNL	GASTOS	2016	2015
62	Fornecimentos e Serviços Externos		
621101	Empreitada Geral de Construção	0,00	0,00
621102	Trabalhos de Eletricidade	24 222,38	38 388,61
621103	Trabalhos de Canalizações e Esgotos	98 387,53	122 787,27
621104	Trabalhos de Pinturas	0,00	553,50
621105	Trabalhos de Carpintarias	9 735,45	11 889,81
621106	Trabalhos de Caixilharia	37 707,35	55 330,02
621107	Trabalhos de Pavimentação	9 213,07	26 230,19
621108	Trabalhos Impermeabilização	23 800,50	70 371,37
621109	Trabalhos de Construção Civil	39 806,61	56 443,61
621110	Outras Despesas de Conservação	21 849,10	14 138,00
6221	Trabalhos especializados	82 444,77	134 089,92
6222	Publicidade e propaganda	6 333,28	36 199,03
6223	Vigilância e segurança	21 431,83	1 189,14
6224	Honorários	1 195,20	212,00
62261	Manutenção de Elevadores	67 799,61	91 078,82
62262	Conservação Manutenção Centro Férias	0,00	0,00
62263	Outros	10 177,17	12 704,71
6231	Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	485,60	1 078,42
6232	Livros e documentação técnica	1 196,44	7,00
6233	Material de escritório	26 405,41	25 800,29
6234	Artigos para oferta	0,00	610,00
6238	Outros	56,58	0,00
6241	Eletricidade	31 196,56	34 277,89
6242	Combustíveis	0,00	0,00
6243	Água	7 460,86	6 727,62
6251	Deslocações e estadas	3 569,22	7 081,79
6252	Transportes de pessoal	1 120,35	1 513,78
6253	Transportes de Mercadorias	0,00	0,00
62611	Locação de Edifícios	0,00	0,00
62612	Locação de Outros Bens	25 489,54	35 381,28
6262	Comunicação	40 057,51	38 874,15
6263	Seguros	36 81 6,40	22 101,42
6265	Contencioso e notariado	143,94	125,28
6267	Limpeza, higiene e conforto	68 861,69	53 288,48
6268	Outros serviços	10 539,85	22 081,03
	Total	707 503,80	920 554,43

Contas ESNL	GASTOS	2016	2015
63	Gastos com o Pessoal		
63193	Transportes	0,00	0,00
63194	Alimentação e Alojamento	0,00	0,00
63211	Pessoal Além dos Quadros	0,00	0,00
63212	Pessoal em Reg. de Tarefa ou Avença	71 430,72	88 803,24
63213	Pessoal do Quadro Privativo	278 762,89	276 738,58
63214	Subsídio de Refeição	32 749,86	35 457,84
63215	Subsídio de Férias e Natal	67 023,75	69 396,32
63216	Horas Extraordinárias	1 350,09	2 986,98
63217	Outros Abonos em Num. ou Espécie	2 845,71	2 850,92
63218	Pessoal Auxiliar e Porteiras	84 165,79	88 990,77
63220	Pessoal Contratado a Termo Certo	5 907,48	8 197,56
63221	Prestações Complementares	0,00	0,00
63222	Horas Extraord.ls.Hor.Trb-art.265CT	13 014,23	9 670,77
63223	Complemento de Doença	709,74	400,81
6351	Encargos s/ Remun Seg.Social	102 659,77	105 332,78
6352	Encargos s/ Remunerações - CGA	0,00	0,00
6353	Encargos s/ Remunerações - ADSE	0,00	0,00
6354	Encargos s/ Remunerações - FGCT	4,56	6,12
636	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	5 058,27	4 460,33
637	Gastos de ação social	11,99	0,00
6381	Cursos de Formação	608,85	1 107,00
6382	Fardamentos	0,00	0,00
6385	Bónus e Prémios	20 751,11	25 309,26
6386	Recrutamento de Pessoal	0,00	0,00
6387	Alimentação	325,99	210,08
6388	Indemnizações Cessação Contrato	0,00	0,00
	Total	687 380,80	719 919,36
64	Gastos de Depreciação e de Amortização		
6412	Edifícios e Outras Construções*	240 883,58	175 474,61
6422	Edifícios e Outras Construções*	15 437,64	9 604,02
64251	Móveis e Utensílios	7 571,15	6 402,14
64252	Material de Informática	29 285,33	17 175,53
64253	Equipamento de Cozinha e Ref.	0,00	35,69
6427	Outras Imob. Corpóreas	0,00	0,00
	Total	293 177,70	208 691,99
65	Perdas por Imparidade		
65121	Outras Dívidas de Terceiros (Inq)	26 206,16	41 246,84
65122	Dívidas de Empréstimos a Sócios	0,00	0,00
	Total	26 206,16	41 246,84

Contas ESNL	GASTOS	2016	2015
66	Perdas por Reduções Justo Valor		
6611	Em Obrigações	15 564,64	10 029,85
6612	Em Títulos da Dívida Pública*	0,00	3 385,10
	Total	15 564,64	13 414,95
67	Provisões do Período		
673	Processos judiciais em curso	0.00	0.00
6781	Dotação p/ Reservas Matemáticas	116 794,08	220 685,41
0701	Total	116 794,08	220 685,41
68	Outros Gastos e Perdas		
68111	Outros Impostos (IRC-Ret. na Fonte)	15 933,06	21 438,87
68121	Imposto Selo	0,00	0,00
6812201	Aquis. Direito Propriedade	0,00	0,00
6812202	Arrendamento e Alterações	2 450,70	1 944,20
6812203	Autos e Termos Perante Serviços Púb	0,00	0,00
6812204	Cheques de Qualquer Natureza	0,00	0,00
6812205	Comodato	0,00	0,00
6812206	Depósito Civil	0,00	0,00
6812207	Depósito Serv. Públ. de Estatutos	0,00	0,00
6812208	Escritos de Quaisquer Contratos	0,00	0,00
6812209	Exploração Recursos Contrato Adm.	0,00	0,00
6812210	Garantias das Obrigações	0,00	0,00
6812211	Jogo	0,00	0,00
6812212	Licenças	0,00	0,00
6812213	Livros dos Comerciantes	0,00	0,00
6812214	Marcas e Patentes	0,00	0,00
6812215	Notariado e atos Notariais	0,00	0,00
6812216	Operações Aduaneiras	0,00	0,00
6812217	Operações Financeiras	0,00	0,00
6812218	Precatórios	0,00	0,00
6812219	Publicidade	0,00	0,00
6812220	Reg. em Conserv. Bens Móveis	0,00	0,00
6812221	Reporte Sobre o Valor do Contrato	0,00	0,00
6812222	Seguros	0,00	0,00
6812223	Títulos de Crédito	0,00	0,00
6812224	Títulos da Dívida Pública	0,00	0,00
6812225	Vales de Correio e Telégrafos	0,00	0,00

Contas ESNL	GASTOS	2016	2015
68	Outros Gastos e Perdas		
6813	Taxas	17 926,69	19 048,16
683	Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
68811	Outros Custos e Perd. Extraord.	0,00	0,00
68812	Dif. Câmbio Extraord (EURO)	0,00	0,00
68818	Reg.de Proveitos e G. Financeiros	0,00	0,00
68819	Anulação Proveitos Emp. Saúde	0,00	0,00
6882	Donativos	0,00	0,00
6886	Perdas em Instrumentos Financeiros	0,00	0,00
68881	Serviços Bancários	2 673,81	1 492,57
688822	Custas Judiciais	1 122,00	0,00
688823	Outras Penalidades	50,50	101,00
688831	Indemnização a Terceiros por Danos	0,00	0,00
68883311	Instituições Particulares	36,00	36,00
68883312	Euro - Arredondamento	0,00	0,00
68883319	Outros	22 200,00	10 003,58
68911	Juros nos Termos do Estatuto	0,00	0,00
68912	Subs. por Morte (Ordinários)	74 601,91	42 794,56
68913	Subs. por Morte (Extraordinários)	94 496,14	81 771,09
68914	Subsídios Anulados	0,00	0,00
68921	Devolução de Quotas Puras	27 385,81	16 382,23
68922	Resgate de 80% da Reserva Mat.	794,20	0,00
68931	Capital Vencido em Vida	49 281,39	30 254,02
68932	Capital Vencido por Morte	0,00	0,00
68951	Rendas Vitalīcias	25 144,36	24 767,68
68981	Custos Diversos Sócios	0,00	0,00
68982	Restituição Quotas a Falecidos	0,00	0,00
68983	Outros Custos Inerentes a Sócios	0,00	0,25
68984	Restituição de Quotas art 14ºA Est.	0,00	0,00
68985	Outros Custos e Perd-Reg. Quot. CGA	0,00	0,70
68986	Outros Custos e Perd-Reg. Quot. NM	0,00	0,00
68987	Regularização Dív.Emp.Quotas Pagas	0,00	0,00
	Total	334 096,57	250 034,91
60	Costos o Doudes de Financiamente		
69 6917	Gastos e Perdas de Financiamento Juros de Locações Financeiras	0,00	0,00
6918	Outros juros *	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00

IOIAL GERAL	2 180 723,75	2 3 7 4 5 4 7,89

^{*} Os valores referentes a 2015 foram convertidos para as contas correspondentes do novo plano ESNL para efeitos de apresentação de comparativos.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS Quadro Complementar dos Rendimentos em 31 de dezembro de 2016

Valores em euros

Contas ESNL	RENDIMENTOS	2016	2015
72	Prestações de Serviços		
72211	Joias	0,00	0,00
72212	Quotas	143 417,36	145 890,77
72213	Anulação de Quotas e Jóias	-517,52	-551,84
72214	Recuperação de Quotas p/Reaquisição	66,08	209,04
722151	Quotas Puras	144 445,25	142 047,86
722152	Quotas Administrativas	9 468,04	9 247,61
72216	Receita para Enc. Adm. (Art°23°Reg)	0,00	0,00
722711	Quotas Restituídas - Reaquisição	0,00	0,00
722712	Quotas Puras-Reaquisição Novas Mod	0,00	0,00
722721	Anulação de Quotas por Demissão	1,35	0,72
722729	Outras regularizações	16,75	0,10
	Total	296 897,31	296 844,26
75	Subsídios à Exploração		
752	Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
	Total	0,00	0,00
76	Reversões		
7611	Propriedades de Investimento	0,00	0,00
7612	Ativos Fixos Tangíveis		
762111		0,00	0,00
	Inquilinos em contencioso *	0,00 8 250,76	0,00 22 996,61
762112	-		
762112 762113	Inquilinos em contencioso *	8 250,76	22 996,61
	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora *	8 250,76 0,00	22 996,61
762113	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora * Inquilinos com outros créd.mora *	8 250,76 0,00 0,00	22 996,61 0,00 0,00
762113 762121	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora * Inquilinos com outros créd.mora * Empréstimos Cobrança Duvidosa *	8 250,76 0,00 0,00 0,00	22 996,61 0,00 0,00 28 436,10
762113 762121 7621221	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora * Inquilinos com outros créd.mora * Empréstimos Cobrança Duvidosa * Empréstimos p/ Habitação *	8 250,76 0,00 0,00 0,00 0,00	22 996,61 0,00 0,00 28 436,10 0,00
762113 762121 7621221 7621222	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora * Inquilinos com outros créd.mora * Empréstimos Cobrança Duvidosa * Empréstimos p/ Habitação * Empréstimos p/ Obras *	8 250,76 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	22 996,61 0,00 0,00 28 436,10 0,00 0,00
762113 762121 7621221 7621222 7621223	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora * Inquilinos com outros créd.mora * Empréstimos Cobrança Duvidosa * Empréstimos p/ Habitação * Empréstimos p/ Obras * Empréstimos p/ Cuidados de Saúde *	8 250,76 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	22 996,61 0,00 0,00 28 436,10 0,00 0,00 0,00
762113 762121 7621221 7621222 7621223 7621224	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora * Inquilinos com outros créd.mora * Empréstimos Cobrança Duvidosa * Empréstimos p/ Habitação * Empréstimos p/ Obras * Empréstimos p/ Cuidados de Saúde * Empréstimos p/ Equip. Educ. e Prof *	8 250,76 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	22 996,61 0,00 0,00 28 436,10 0,00 0,00 0,00 0,00
762113 762121 7621221 7621222 7621223 7621224 7621225	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora * Inquilinos com outros créd.mora * Empréstimos Cobrança Duvidosa * Empréstimos p/ Habitação * Empréstimos p/ Obras * Empréstimos p/ Cuidados de Saúde * Empréstimos p/ Equip. Educ. e Prof * Empréstimos p/ Educ. Bolsas Estudo *	8 250,76 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	22 996,61 0,00 0,00 28 436,10 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00
762113 762121 7621221 7621222 7621223 7621224 7621225 76231	Inquilinos em contencioso * Inquilinos com rendas em mora * Inquilinos com outros créd.mora * Empréstimos Cobrança Duvidosa * Empréstimos p/ Habitação * Empréstimos p/ Obras * Empréstimos p/ Cuidados de Saúde * Empréstimos p/ Equip. Educ. e Prof * Empréstimos p/ Educ. Bolsas Estudo * Títulos da Dívida Pública	8 250,76 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00	22 996,61 0,00 0,00 28 436,10 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00 0,00

Contas ESNL	RENDIMENTOS	2016	2015
77	Ganhos por Aumentos Justo Valor		
7711	Em Obrigações	0,00	3 545,20
7712	Em Títulos da Dívida Pública	2 031,06	0,00
	Total	2 031,06	3 545,20

78	Outros Rendimentos e Ganhos		
783	Recuperação de dívidas a receber	7 102,40	0,00
7861	Diferenças de câmbio favoráveis *	0,00	0,00
78731	Rendas de Prédios, Vencidas	2 909 555,85	2 647 841,97
78732	Retroativos de Rendas	0,00	913,12
788101	Custos Inerentes a Sócios	0,00	0,00
788102	Fornec. e Serviços Externos	0,00	1 045,50
788103	Reg. de Impostos e Taxas	0,00	0,00
788104	Reembolso de Seg. Ac. Trab.	0,00	0,00
78810701	Acórdãos Judiciais - Rendas Inquil.	0,00	0,00
7883	Imputação de subsídios para investimentos	0,00	0,00
7884	Ganhos em Outros Instrum. Financ.	0,72	0,00
788801	Reembolso de Despesas	750,17	408,81
788802	Diferenças por Correção de Contas	0,00	0,00
788803	Diversos Ganhos Operacionais	0,00	0,00
788804	Reembolso de Telefones	0,00	0,00
788805	Reembolso Valores Selados	0,00	0,00
788806	Reembolso de Portes de Correios	1 393,15	1 359,38
788807	EURO - Arredondamento	0,00	0,69
788808	Beneficios de Penalidades Contratuais	16 023,27	12 433,73
788809	Donativos	0,00	0,00
78881001	Acidentes de Trabalho	0,00	34,86
78881002	Prémios	0,00	0,00
78881003	Indemnização por Sinistro	0,00	159,90
788811	Outros Prov. e Ganhos-Reg Quot. CGA	15,05	22,57
788812	Rendas Vitalícias Anuladas	1 799,94	1 585,08
788813	Indemnização por Sinistro	0,00	0,00
788815	Outros Proveitos e Ganhos	3 333,36	5 917,82
788816	Subsídios Anulados	7 900,07	13 909,50
	Total	2 947 873,98	2 685 632,93

Contas ESNL	RENDIMENTOS	2016	2015
79	Juros, Dividendos e Outros Rendimentos Similares		
7911	de Depósitos	26 594,14	42 356,40
79121	de Obrigações	37 140,85	43 399,01
791811	de Hip. para Obras 2ª Hab.(OS) *	160,73	247,63
791812	de Hipotecas para Habitação *	9 579,34	10 422,03
791813	de Hipotecas para Obras *	3 045,18	3 223,96
791814	de Empréstimos p/ Equip. Educ. Prof *	0,00	0,00
791815	de Empréstimos p/ Cuidados de Saúde *	247,24	248,33
791816	de Empréstimos p/ Bolsas de Estudo *	0,00	0,78
791817	de Empréstimos Sobre 80% Reservas Matemáticas *	0,00	0,00
791818	de Empréstimos Sobre Quotas Pagas *	316,24	1,29
7981	Títulos da Dívida Pública	2 301,87	2 293,25
7983	Outros Juros	92,30	3 711,84
	Total	79 477,89	105 904,52
	TOTAL GERAL	3 369 310,47	3 224 000,96

^{*} Os valores referentes a 2015 foram convertidos para as contas correspondentes do novo plano ESNL para efeitos de apresentação de comparativos.

BALANÇOS – MAPA COMPARATIVO DOS ÚLTIMOS DOIS EXERCÍCIOS

	ATIVO						
	Contas	2016	2015				
1	Caixa	100,96	100,00				
2	Depósitos em Bancos	4 846 937,85	3 783 673,33				
3	Obrigações (Corporate Bonds)	957 373,30	972 937,94				
4	Quotas e Joias	4 146,91	4 023,71				
5	Rendas de Prédios	8 717,26	5 793,95				
6	Prestações de Hipotecas para Habitação	1 552,61	1 596,67				
7	Prestações de Hipotecas para Obras	0,00	0,00				
8	Prestações de Empréstimos para Apoio à Família	166,73	0,00				
9	Prestações de Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00				
10	Prestações de Empréstimos sobre Quotas Pagas	343,96	0,00				
11	Devedores	17 340,28	24 346,58				
12	Prédios de Rendimento	33 463 021,94	33 064 117,38				
13	Hipotecas para Habitação	165 100,57	180 906,11				
14	Hipotecas para Obras	56 718,94	61 711,19				
15	Empréstimos de Apoio à Família	3 108,48	6 473,72				
16	Empréstimos sobre Reservas Matemáticas	0,00	0,00				
17	Empréstimos sobre Quotas Pagas	5 137,95	4 855,29				
18	Edifícios e Outras Construções	1 849 082,00	1 864 519,64				
19	Móveis e Utensílios	16 305,99	19 337,21				
20	Material de Informática	48 822,01	78 107,34				
21	Material de Cozinha e Refeitório	0,00	0,00				
22	Títulos de Dívida Pública	57 379,12	55 348,06				
23	Diferimentos	9 362,44	6 247,98				
24	Fundo Compensação Trabalho	2,94	98,17				
	Sub-total Sub-total	41 510 722,24	40 134 194,27				
	Contas de Ordem						
25	Hipotecas para Habitação	0,00	0,00				
26	Hipotecas para Obras	0,00	0,00				
	Sub-total Sub-total	0,00	0,00				
	Total	41 510 722,24	40 134 194,27				

	PASSIVO E FUNDOS PATRIMONIAIS						
	Contas	2016	2015				
1	Rendas Vitalícias a Pagar	6 527,67	7 324,19				
2	Subsídios a Pagar	140 276,18	106 865,55				
3	Quotas e Joias Antecipadas	4 759,15	4 732,14				
4	Credores	387 256,02	323 506,13				
5	Reserva Matemática das Rendas Vitalícias	152 540,10	149 903,12				
6	Reserva Matemática do Subsídio por Morte	5 409 953,91	5 361 474,18				
7	Reserva Matemática Novas Modalidades - Seg. Sociais	1 363 193,77	1 240 863,22				
8	Provisões Processos Judiciais em Curso	0,00	0,00				
9	Fundo de Reserva Legal	2 112 477,94	1 874 631,08				
10	Reserva Extraordinária	5 146 014,32	4 627 847,94				
11	Reserva para Assistência Social	294 323,80	294 323,80				
12	Resultados Transitados	25 019 453,65	25 019 453,65				
13	Resultado Líquido Exercício	1 188 586,72	849 453,07				
14	Diferimentos	285 359,01	273 816,20				
	Sub-total	41 510 722,24	40 134 194,27				
	Contas de Ordem						
15	Credores de Hipotecas para Habitação	0,00	0,00				
16	Credores de Hipotecas para Obras	0,00	0,00				
	Sub-total	0,00	0,00				
	Total	41 510 722,24	40 134 194,27				

CAIXA DE PREVIDÊNCIA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Mapa de Imóveis

TVICI	Da de imoveis	Data	Preço de compra	Grandes	Preço de compra	
N°	Localização	da Compra do Imóvel	Reavaliação e valorização p/ obras até 31/12/2015	Reparações no exercício de 2016	Reavaliação e valorização p/ obras 31/12/2016	
1	Rua Nova da Trindade, 1/1- D e L. Chiado,16/23	20/01/1938	3 111 996,84	0,00	3 111 996,84	
2	Rua dos Correeiros, 8/20	18/03/1938	760 300,50	0,00	760 300,50	
3	Pr. D.Pedro IV, 45/50 e R.1 ° Dezembro, 66/76	25/06/1938	419 944,82	0,00	419 944,82	
4	Rua D. Pedro V, 53/57 e R. da Rosa, 254/266	16/08/1938	870 676,94	0,00	870 676,94	
5	Av. da Liberdade, 1/7 e Rua da Glória, 2-A	18/11/1938	2 370 310,67	0,00	2 370 310,67	
6	Av. Duque de Loulé, 93/95-B	19/08/1939	2 116 368,01	0,00	2 116 368,01	
7	R. 1° Dezembro, 55/65 e Calç. do Carmo, 13/17	18/08/1939	1 225 293,92	0,00	1 225 293,92	
8	Rua de Macau, 12/12-A	29/12/1941	386 363,51	0,00	386 363,51	
9	Rua do Forno do Tijolo, 10/10-A	29/12/1941	682 983,60	0,00	682 983,60	
10	Rua Sampaio Pina, 2/14 e R. Castilho, 175/183	28/02/1942	2 029 278,09	0,00	2 029 278,09	
11	Av. Almirante Reis, 250/250- A	19/06/1942	1 229 428,20	0,00	1 229 428,20	
12	Rua Coelho da Rocha, 122	07/07/1942	646 391,70	0,00	646 391,70	
13	Rua Augusto José Vieira, 26	18/07/1942	290 567,96	0,00	290 567,96	
14	Rua Augusto José Vieira, 28	18/07/1942	294 757,19	0,00	294 757,19	
15	Av. Defensores de Chaves, 36	16/10/1942	1 435 194,28	0,00	1 435 194,28	
16	Av. de Berna, 27/27-A e 27-B	27/12/1943	951 518,53	0,00	951 518,53	
17	Rua das Praças, 13-B/13-C	07/01/1944	1 094 703,63	0,00	1 094 703,63	
18	Av. Almirante Reis, 225/225-B	29/01/1945	571 869,64	0,00	571 869,64	
19	Av. Visconde Valmor, 75/75-B	07/02/1945	626 584,69	0,00	626 584,69	
20	Travessa do Sequeiro, 4/4-B	12/02/1945	493 003,83	70 983,30	563 987,13	
21	Rua Capitão Renato Baptista, 27/27-A	01/08/1946	797 557,49	0,00	797 557,49	
22	Calçada Palma de Baixo, 9	05/08/1946	799 169,80	5 707,20	804 877,00	
23	Rua D. João V, 14/14-A	27/01/1947	1 251 931,87	0,00	1 251 931,87	
24	R. Braamcamp Freire, 36/36A, R. David Lopes, 14	09/10/1947	786 314,51	45 992,85	832 307,36	
25	Rua Tenente Espanca, 26/26-C	11/09/1948	1 450 805,77	0,00	1 450 805,77	
26	Rua Luís Augusto Palmeirim, 6/6-E	13/12/1949	666 916,83	0,00	666 916,83	
_27	Rua José d´Esaguy,10/10-D	05/12/1949	497 883,37	92 176,77	590 060,14	
28	Estrada da Alagoa, 476 Rebelva - Carcavelos	28/05/1951	191 609,76	0,00	191 609,76	
29	Rua Victor Córdon, 8/12	17/07/1953	1 131 544,90	0,00	1 131 544,90	
30	Rua D. Estefânia, 195/195-D	24/02/1956	2 434 160,13	0,00	2 434 160,13	
31	Av. Estados Unidos da América, 52/52-A	13/02/1959	1 120 824,41	84 299,49	1 205 123,90	
_32	Av. Estados Unidos da América, 113/113-A	03/03/1959	1 217 974,06	0,00	1 217 974,06	
33	Av. Estados Unidos da América, 40/40-A	19/10/1959	1 204 124,95	0,00	1 204 124,95	
34	Av. Estados Unidos da América, 38/38-A	10/04/1959	1 137 693,12	0,00	1 137 693,12	
35	Av. Estados Unidos da América, 130/130-B	12/12/1958	1 733 748,24	0,00	1 733 748,24	
_36	Av. Estados Unidos da América, 123	17/07/1959	1 083 466,83	0,00	1 083 466,83	
_37	Alameda Santo António dos Capuchos, 4/4-C	31/08/1972	2 297 004,87	0,00	2 297 004,87	
38	R. Ferreira Lapa, 29/29-B, R. Conde Redondo, 18	08/05/1972	3 959 755,07	0,00	3 959 755,07	
39	Av. E. U. A., 63 e R. Cor. Bento Roma, 18/18-B	02/06/1972	3 556 661,55	153 785,02	3 710 446,57	
	TOTAIS		48 926 684,08	452 944,63	49 379 628,71	

Rendimento bruto no exercício de 2016	Despesas Conservação e Reparações	Encargos Permanentes	Total da Despesa	Rendimento Líquido	%Taxa Bruta	% Taxa Líquida	% Taxa Despesa	N°
257 846,24	9 286,68	18 148,44	27 435,12	230 411,12	8,29	7,40	10,64	1
73 883,36	31 009,57	5 628,09	36 637,66	37 245,70	9,72	4,90	49,59	2
103 023,66	6 842,04	3 990,60	10 832,64	92 191,02	24,53	21,95	10,51	3
93 864,19	8 314,35	3 813,11	12 127,46	81 736,73	10,78	9,39	12,92	4
160 996,56	6 868,17	20 040,52	26 908,69	134 087,87	6,79	5,66	16,71	5
162 893,35	24 586,61	13 823,01	38 409,62	124 483,73	7,70	5,88	23,58	6
121 890,30	1 505,07	3 404,30	4 909,37	116 980,93	9,95	9,55	4,03	7
16 281,51	168,06	4 763,03	4 931,09	11 350,42	4,21	2,94	30,29	8
15 349,79	8 143,26	6 678,83	14 822,09	527,70	2,25	0,08	96,56	9
108 523,44	17 610,24	12 891,83	30 502,07	78 021,37	5,35	3,84	28,11	10
56 683,26	23 814,63	8 106,75	31 921,38	24 761,88	4,61	2,01	56,32	11
53 847,30	4 149,57	5 497,24	9 646,81	44 200,49	8,33	6,84	17,92	12
20 669,56	668,67	370,81	1 039,48	19 630,08	7,11	6,76	5,03	13
11 473,74	847,02	519,93	1 366,95	10 106,79	3,89	3,43	11,91	14
92 173,51	7 112,76	7 757,38	14 870,14	77 303,37	6,42	5,39	16,13	15
48 705,11	28 206,77	6 872,86	35 079,63	13 625,48	5,12	1,43	72,02	16
35 529,20	4 992,12	5 969,94	10 962,06	24 567,14	3,25	2,24	30,85	17
33 244,27	18 592,10	3 995,59	22 587,69	10 656,58	5,81	1,86	67,94	18
60 574,15	1 722,78	4 488,95	6 211,73	54 362,42	9,67	8,68	10,25	19
0,00	1 217,76	3 620,69	4 838,45	-4 838,45	0,00	-0,86	n.a.	20
31 156,68	3 872,82	3 544,47	7 417,29	23 739,39	3,91	2,98	23,81	21
47 048,44	5 848,20	7 062,32	12 910,52	34 137,92	5,85	4,24	27,44	22
43 219,55	2 597,86	-902,11	1 695,75	41 523,80	3,45	3,32	3,92	23
31 394,34	6 650,16	3 915,96	10 566,12	20 828,22	3,77	2,50	33,66	24
34 564,54	17 934,83	6 265,23	24 200,06	10 364,48	2,38	0,71	70,01	25
46 866,32	3 102,84	3 775,59	6 878,43	39 987,89	7,03	6,00	14,68	26
61 598,22	23 857,86	4 184,56	28 042,42	33 555,80	10,44	5,69	45,52	27
8 881,91	0,00	339,52	339,52	8 542,39	4,64	4,46	3,82	28
114 775,24	1 471,71	5 106,64	6 578,35	108 196,89	10,14	9,56	5,73	29
152 684,47	7 013,34	8 448,62	15 461,96	137 222,51	6,27	5,64	10,13	30
102 605,70	8 637,32	12 440,85	21 078,17	81 527,53	8,51	6,77	20,54	31
109 103,48	13 127,48	12 989,83	26 117,31	82 986,17	8,96	6,81	23,94	32
84 217,80	23 700,07	14 339,01	38 039,08	46 178,72	6,99	3,84	45,17	33
96 282,05	6 899,43	12 327,22	19 226,65	77 055,40	8,46	6,77	19,97	34
141 041,65	3 622,99	14 077,92	17 700,91	123 340,74	8,14	7,11	12,55	35
78 969,02	8 407,35	12 789,35	21 196,70	57 772,32	7,29	5,33	26,84	36
52 738,33	9 373,13	6 436,51	15 809,64	36 928,69	2,30	1,61	29,98	37
88 672,26	168,06	1 751,28	1 919,34	86 752,92	2,24	2,19	2,16	38
76 347,48	2 268,35	15 477,50	17 745,85	58 601,63	2,06	1,58	23,24	39
2 929 619,98	354 212,03	284 752,17	638 964,20	2 290 655,78	5,93	4,64	21,81	

DADOS ESTATÍSTICOS - MAPA COMPARATIVO DOS ÚLTIMOS CINCO EXERCÍCIOS

	DESIGNAÇÃO
<u> </u>	Subsídio por Morte
	Número de sócios no fim de cada exercício
	Mortalidade anual dos sócios, prevista pela Tábua Hm
_	Mortalidade real em cada ano
	Relação entre mortalidades real e teórica
))	Idade média dos sócios em cada exercício
	Subsídios subscritos, em vigor no fim de cada exercício
	Média de capital subscrito por sócio
}	Importância das quotas anuais correspondentes
0	Média das quotas anuais Subsídios vencidos até ao fim de cada exercício
1	Subsídios ordinários vencidos em cada exercício
2	Subsídios ordinários vencidos em cada exercício
2 3	Rendas vitalícias vencidas até ao fim de cada exercício
,	Seguros Sociais
4	Número de subscrições em cada exercício (Seguros Sociais)
+	Seguro de Vida Inteira
	Pensões de Reforma
	Seguro de Reforma
	Seguro de Prosseguimento Estudos
	Seguro de Maioridade
	Seguro de Lazer
_	Capitais Diferidos com Opção
	Número de novos sócios em cada exercício
5	Último número de inscrição, no fim de cada exercício
6	Acumulados das subscrições, em vigor no fim de cada exercício
	Seguro de Vida Inteira
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Pensões de Reforma - Formação
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Pensões de Reforma - Curso
	Número
	Idade Média
	Subscrições
	Melhorias
	Seguro de Reforma
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Seguro de Prosseguimento Estudos - Formação
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais — — — — — — — — — — — — — — — — — — —
	Seguro de Prosseguimento Estudos - Curso
	Número
	Subscrições
	Melhorias

Valores em euros

	2016	2015	2014	2013	2012	
1	10 952	11 234	11 492	11 730	11 996	
2	1 191	1 166	1 133	1 100	1 074	
3	269	247	223	231	238	
4	22,59%	21,18%	19,70%	21,00%	22,20%	
5	72,37	71,67	70,96	70,22	69,46	
	8 462 809,86	8 575 131,37	8 675 000,88	8 819 640,94	8 978 104,57	
7	772,71	763,32	754,87	751,88	748,42	
	141 468,24	144 675,72	146 724,00	149 287,68	151 836,96	
9	13,92	13,88	13,71	13,63	13,54	
10	4 975 158,72	4 806 060,67	4 681 495,02	4 547 974,79	4 401 918,98	
11	74 601,91	42 794,56	46 923,18	56 087,37	54 471,68	
	94 496,14	81 771,09	86 597,05	89 968,44	90 768,45	
13	492 340,57	467 196,21	442 428,53	418 144,21	394 789,74	
14	22	23	16	32	20	
	0	0	0	0	0	
	0	0	0	0	0	
	11	8	5	5	8	
	0	0	0	0	0	
	0	0	0	0	0	
	11	15	11	27	11	
	0	0	0	0	1	
	10	14	7	13	10	
15	32 113	32 103	32 089	32 082	32 069	
16						
	21	21	21	22	26	
	64	63	62	61	61	
	183 350,00	185 350,00	185 350,00	189 400,00	265 900,00	
	7 533,62	5 770,18	4 786,66	4 432,40	5 191,65	
	518,29	518,29	518,29	531,92	798,85	
	9	9	11	12	13	
	53	52	53	52	52	
	21 240,00	21 240,00	22 440,00	24 240,00	27 840,00	
	699,61	524,57	539,97	506,50	525,97	
	585,89	585,89	696,30	854,87	1 049,57	
	2	2	0	0	0	
	63	63	n.a.	n.a.	n.a.	
	1 200,00	1 200,00	0,00	0,00	0,00	
	170,26	142,03	0,00	0,00	0,00	
	184	182	185	191	191	
	54	54	53	52	51	
	932 892,28	949 292,28	975 092,28	1 033 324,66	1 054 500,00	
	23 181,03	16 775,00	13 139,51	13 312,98	11 519,31	
	4 093,74	4 112,08	4 221,37	4 593,04	4 651,97	
	1	3	3	4	4	
	35	52	51	50	49	
	250,00	700,00	700,00	1 300,00	1 300,00	
	3,33	33,63	27,92	44,13	39,74	
	18,58	46,15	46,15	46,15	46,15	
	3	2	2	3	3	
	1 050,00	1 050,00	1 050,00	850,00	850,00	
4	68,28	66,87	54,60	57,55	141,01	

	DESIGNAÇÃO
	Seguro de Maioridade
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Seguro de Lazer
	Número
	Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Capitais Diferidos com Opção
	Número Idade Média
	Subscrições iniciais
	Melhorias
	Quotas iniciais
	Juros Diversos
17	Juros vencidos dos investimentos, até ao fim de cada exercício
18	Juros vencidos dos investimentos durante o ano
. 0	Rateios (a)
19	Proposta de rateio de lucros, a distribuir pelos beneficiários de rendas vitalícias
20	Proposta de rateio de lucros, a distribuir pelos sócios, em cada exercício
21	Importâncias rateadas pelos sócios até ao fim de cada exercício
	Reservas Diversas (a)
22	Aumento da reserva extraordinária, proposto em cada exercício
23	Reservas extraordinárias, até ao fim de cada exercício
24	Aumento da reserva extraordinária para benef. de Imóv. proposto em cada exercício
25	Reserva extraordinária para beneficiação de Imóveis, até ao fim de cada exercício
26	Fundo de reserva legal, proposto em cada exercício
27	Fundo de reserva legal, até ao fim de cada exercício
28	Reserva para Assistência Social, até ao fim de cada exercício
	Prédios de Rendimento
29	Exploração de Prédios de Rendimento - Receita anual
30	Exploração de Prédios de Rendimento - Despesa anual
31	Exploração de Prédios de Rendimento - Saldo positivo anual
32	Exploração de Prédios de Rendimento - Saldos positivos acumulados
7.7	Aplicações Financeiras
<u>33</u> 34	Depósitos Títulos da Dívida Pública
35	Obrigações (Corporate Bonds)
33	Demonstração de Resultados
36	Receitas em cada exercício
37	Despesas e encargos em cada exercício
38	Saldo no fim de cada exercício
30	Total do Ativo
39	No fim de cada exercício
	Taxas de Rendimento
40	Taxa Geral
41	Depósitos em Bancos
42	Obrigações (Corporate Bonds)
43	Hipotecas para Habitação
44	Hipotecas para Obras
45	Títulos da Dívida Pública
46	Prédios de Rendimento
47	Empréstimos de Apoio à Família
48	Empréstimos Sobre Quotas Pagas
(a) Perce	entagem de resultado aprovada.

	2012 2017 2017 2017			Valores em euros						
	2012		2013	1	2014		2015		2016	
	12		10		9		9		7	
	52		54		54		55		56	
	38 900,00		32 650,00		23 850,00		23 850,00		21 200,00	
	908,31		834,56		496,71		641,69		835,03	
	207,60		152,63		100,66		100,66		91,71	
	196		208		205		211		211	
	54		55		56		57		57	
	866 800,00		892 650,00		860 200,00		887 350,00		873 650,00	
	9 235,15		10 719,59		12 667,65		17 437,94		25 834,02	
	4 234,52		4 367,05		4 219,10		4 338,55		4 253,33	
+	7 234,32		4 307,03		4 213,10		4 330,33		4 233,33	
	3		3		7		7		7	
	62		63		3		5 65		66	
					64					
	5 520,00		5 520,00		5 520,00		5 520,00		5 520,00	
	31,54		42,67		55,99		83,09		130,65	
	13,91		13,91		13,91		13,91		13,91	
	6 281 784,48		6 406 577,58		6 506 852,44		6 612 756,96		6 692 234,85	17
	125 171,57		124 793,10		100 274,86		105 904,52		79 477,89	18
0,75%	4 167,99	0,75%	4 768,45	1,00%	7 655,81	1,00%	8 494,53	0,50%	5 942,93	19
4,00%	22 229,26	4,00%	25 431,76	6,50%	49 762,77	10,00%	84 945,30	15,00%	178 288,01	20
	3 840 830,18		3 866 261,94		3 916 024,71		4 000 970,01		4 179 258,02	21
	0 0 10 000,10		0 000 201,01		0 0 1 0 02 1,1 1				200,02	
30,00%	166 719,49	30,00%	190 738,16	34 00%	260 297,56	30.50%	259 083,19	31,00%	368 461,88	22
30,00%	2 134 220,44	30,00%	2 300 939,93	0 1,00 %	2 491 678,09	30,0070	2 751 975,65	01,00%	3 011 058,84	23
37,25%	207 010,03	37,25%	236 833,22	30,50%	233 502,22	30 50%	259 083,19	33,50%		24
31,2370		31,2370		30,30 //		30,30 %		33,30 //	398 176,56	
28,00%	1 198 526,82	20.000/	1 405 536,85	20.000/	1 642 370,07	20.000/	1 875 872,29	20.000/	2 134 955,48	25
26,00%	155 604,86	28,00%	178 022,28	26,00%	214 362,69	20,00%	237 846,86	20,00%	237 717,34	26
	1 326 641,25		1 482 246,11		1 660 268,39		1 874 631,08		2 112 477,94	27
	294 323,80		294 323,80		294 323,80		294 323,80		294 323,80	28
	2 029 891,94		2 243 981,20		2 468 635,48		2 664 463,31		2 929 619,98	29
	592 065,59		706 160,67		757 593,43		812 214,53		638 964,20	30
	1 437 826,35		1 537 820,53		1 711 042,05		1 852 248,78		2 290 655,78	31
	19 681 506,18		21 219 326,71		22 930 368,76		24 782 617,54		27 073 273,32	32
	3 413 742,82		3 877 930,53		4 219 744,03		3 783 673,33		4 846 937,85	33
	73 049,46		73 049,46		73 049,46		73 049,46		73 049,46	34
	n.a.		n.a.		n.a.		979 422,59		979 422,59	35
	11.01						1.1.12,00		122,00	
	2 528 355,97		2 771 053,16		3 011 842,76		3 224 000,96		3 369 310,47	36
+	1 972 624,34		2 135 259,29		2 246 261,71		2 374 547,89		2 180 723,75	37
+	555 731,63		635 793,87		765 581,05		849 453,07		1 188 586,72	38
	333 731,03		055 155,01		700 001,00		073433,07		1 100 300,72	50
	Z7 E1E E0E 0/		Z9 260 767 7C		ZO 1ZO 7/O CZ		40 174 104 27		/1 F10 722 27	ZΩ
	37 515 585,04		38 269 764,76		39 130 749,67		40 134 194,27		41 510 722,24	39
									T 10	
-	4,22		4,58		4,89		5,13		5,48	
	3,55		2,92		2,01		1,12		0,64	
-	n.a.		n.a.		n.a.		4,43		3,79	
	6,07		5,64		5,61		5,57		5,52	43
	4,76		4,81		4,89		4,97		5,06	
	3,15		3,15		3,15		3,14		3,15	
	4,27		4,70		5,13		5,46		5,96	
	6,74		4,90		4,79		5,29		4,53	47
	5,82		7,17		3,80		0,96		6,10	
•					• -					



Praça D. Pedro IV (Rossio), 45 - 1° a 3° - 1149-069 LISBOA Tel.: 21 324 38 10 - Fax.: 21 347 60 95

email: cpme@cpme.pt Pag Web: www.cpme.pt